

SERVIÇO SOCIAL

é notícia

INFORMATIVO ANUAL DO
CONJUNTO CFESS-CRESS
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL

>>
Edição nº2 / Ano 2
Brasília (DF), maio de 2016



Nosso endereço SCS Quadra 02, Bl. C, Ed. Serra Dourada,
Salas 312/318. Brasília - DF. CEP 70300-902



80 anos do Serviço Social: uma profissão inscrita no Brasil

15 de maio
Dia do/a Assistente Social

Campanha deste ano destaca as transformações da profissão ao longo de sua história e reforça sua contribuição no combate à desigualdade social e na luta por uma sociedade justa e igualitária

páginas 4 e 5

>> E MAIS

>> Confira as pautas que os CRESS e Seccionais vêm tratando como prioridades em suas regiões (p.10 a p.26)

>> De olho nos eventos: 15º CBAS, seminário sobre sigilo profissional, relações fronteiriças e outros (p.7 e p.9)

>> Um diálogo sobre o Estado Laico: por que é importante que a categoria esteja atenta a este debate (p.6)

>> 'Déficit' na Previdência Social é falácia e serve para justificar as tentativas de desmonte da Seguridade (p.28)

O ano de 2016 é marcante para o Serviço Social brasileiro, porque celebramos 80 anos da profissão no país. E seguimos na direção de um projeto societário sem exploração e dominação de classe. Na comemoração desse aniversário, queremos valorizar a construção histórica da profissão, que está inscrita na sociedade brasileira.

Por isso, nesta segunda edição do informativo Serviço Social é Notícia, convidamos você a saber mais: a primeira Escola de Serviço Social, as lutas travadas, a reconceitualização e a Virada, os desafios atuais, o papel do Conjunto CFESS-CRESS e as perspectivas para a profissão.

Sabemos que o trabalho de assistentes sociais é cada vez mais requisitado, seja no atendimento à população ou na formulação e execução de políticas públicas que possibilitam o acesso aos direitos, como saúde, educação, lazer, moradia. Políticas cujas condições de proteção social estão cada dia mais limitadas e nas mãos do capital privado. Esse é o tema de uma de nossas matérias, sobre o desmonte da Seguridade Social no Brasil.

Desmonte que deve atingir outras áreas, principalmente pela conjuntura política e econômica que o país vive. Nossa jovem democracia vem sendo atacada e, mais uma vez, quem sofre o maior golpe é a classe trabalhadora, que tem seus direitos estrangulados para que a elite brasileira mantenha seus privilégios e, principalmente, para que o capital mantenha seu lucro e poder.

A perspectiva não é das melhores: com um Congresso Nacional como o atual, abarrotado de fundamentalismo religioso, elitismo, conservadorismo e até fascismo, a tendência é de um significativo retro-

cesso nos frágeis e contraditórios direitos conquistados nos últimos anos, de intensificação da criminalização dos movimentos sociais e de um ataque brutal às condições de trabalho e vida da população.

Isso tudo movido ainda pela grande mídia, expressiva do oligopólio de uma comunicação não democratizada e dominada por poucos grupos familiares da elite brasileira.

Por isso, nesse contexto, reafirmamos posição contra a crescente onda conservadora e reforçamos a importância de proteger as conquistas da democracia, que, a despeito de suas contradições, resguarda-

Se há uma saída para enfrentar estes ataques à classe trabalhadora, sabemos que é pela esquerda e nas ruas. Mas, para isso, precisamos nos mobilizar!

ram a duras penas os direitos e legalidade de organização da classe trabalhadora.

Obviamente, essa conjuntura nos atinge de diversas formas, inclusive com o rebaixamento das condições de nossa formação profissional, tema de uma matéria elucidativa desse Informativo, com dados reais sobre a precarização do ensino de graduação em Serviço Social no país.

Portanto, se há uma saída para enfrentar estes ataques, sabemos que é pela esquerda e nas ruas. Mas, para isso, precisamos nos mobilizar. Neste ano, teremos uma série de eventos que são também importantes espaços de mobilização.

Convidamos a categoria e estudantes de Serviço Social a participarem do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que ocorrerá em Olinda (PE) em setembro, com importantes debates sobre os rumos da profissão e a conjuntura brasileira. Convidamos a debaterem também sobre o papel do Serviço Social na questão dos fluxos migratórios internacionais, em seminário a ser realizado em Belém (PA) em julho. Vamos refletir ainda sobre a questão do sigilo profissional, em um evento aberto à categoria, em outubro em Cuiabá (MT). Além disso, a residência multiprofissional em saúde também será tema de um seminário em setembro em Olinda (PE), antecedendo o 15º CBAS.

Por falar em reflexão, chamamos a atenção para a temática do Estado laico. Este é um debate que deve ser feito sem dogmas, preconceito e discriminação. Topa?

Nesta edição, você também fica por dentro do processo de cadastramento nacional obrigatório de assistentes sociais e das novas publicações lançadas pelo CFESS, disponíveis gratuitamente em nosso site.

Por fim, abrimos espaço para que assistentes sociais de todo o Brasil, ao receberem este informativo, tenham acesso a todas essas informações, bem como às notícias dos CRESS e Seccionais de todo o país.

Aqui, cada Conselho Regional pode se comunicar com a categoria em seu estado, contribuindo com a construção deste instrumento, que visa a fortalecer a comunicação com profissionais no país inteiro.

Desejamos uma boa leitura!

**Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
Gestão Tecendo na luta a manhã desejada
(2014-2017)**



Este selo comemorativo **80 anos do Serviço Social: uma profissão inscrita no Brasil** acompanhará nossas publicações ao longo de 2016. É inspirado na obra de Arthur Bispo do Rosário, uma figura lendária que representa, para o Serviço Social brasileiro, cada usuário e usuária das políticas e serviços sociais. Sua obra está estampada também no nosso Código de Ética Profissional!



INFORMATIVO ANUAL DO CONJUNTO CFESS-CRESS
Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social

>>
Ano 2
Edição nº2
Mai 2016
Brasília (DF)

Comissão de Comunicação do CFESS >>
Daniela Neves (coordenação), Daniela Castilho, Erlênia Sobral, Marlene Merisse e Maurílio Matos

Revisão, edição, projeto gráfico e diagramação >>
Assessoria de Comunicação do CFESS

Jornalistas responsáveis >>
Diogo Adjuto (JP-DF 7823) e Rafael Werkema (JP-MG 11732)

Tiragem >> 160 mil exemplares

Impressão >> Gráfica Qualidade

Para sugestões, comentários e críticas >>
comunicacao@cfess.org.br

Esta publicação procura adequar os textos a uma linguagem não discriminatória!

Os textos dos CRESS e Seccionais foram produzidos pelas respectivas direções, comissões de comunicação e assessorias.

O informativo foi impresso e postado em Brasília pelo CFESS, a partir das etiquetas fornecidas pelos Regionais.

Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)

PRESIDENTE Maurílio Castro de Matos (RJ)
VICE-PRESIDENTE Esther Luíza de Souza Lemos (PR)
1ª SECRETÁRIA Tânia Maria Ramos Godói Diniz (SP)
2ª SECRETÁRIA Daniela Castilho (PA)
1ª TESOUREIRA Sandra Teixeira (DF)
2ª TESOUREIRA Nazarela Rêgo Guimarães (BA)
CONSELHO FISCAL
Juliana Iglesias Melim (ES)
Daniela Neves (DF)
Valéria Coelho (AL)

SUPLENTES
Alessandra Ribeiro de Souza (MG)
Josiane Soares Santos (SE)
Erlênia Sobral do Vale (CE)
Marlene Merisse (SP)
Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)
Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)
Solange da Silva Moreira (RJ)

NOSSO ENDEREÇO
Conselho Federal de Serviço Social :: SCS
Quadra 02, Bloco C, Edf. Serra Dourada, Salas
312-318. Brasília - DF. CEP 70300-902
Fone: (61) 3223-1652
Fax: (61) 3223-2420
e-mail: cfess@cfess.org.br
site: www.cfess.org.br

Garantir o sigilo profissional é desafio ético para assistentes sociais

TEMÁTICA SERÁ DEBATIDA EM EVENTO ABERTO PARA A CATEGORIA, EM OUTUBRO EM CUIABÁ (MT)

Arte: Rafael Werkema/CFESS

O sigilo profissional constitui-se como um direito e um dever de assistentes sociais, além de ser um princípio inscrito no Código de Ética profissional. Para refletir sobre a questão, torna-se imprescindível se apropriar do acervo ético, teórico e técnico-operativo do Serviço Social.

Para tanto, também é fundamental que o/a profissional conheça os instrumentos construídos pelos Conselhos Regionais e Federal de Serviço Social (CRESS e CFESS), de modo que sejam utilizados nas intervenções profissionais. É o que afirma o presidente do CFESS, Maurílio Matos.

“O Código de Ética é explícito quando se refere ao sigilo. Por exemplo, indica que, no trabalho multiprofissional, as informações devem ser prestadas no limite da necessidade de atendimento aos/às usuários/as. Afirma também que o sigilo só pode ser quebrado em caso de grave risco ao próprio, a terceiros ou à coletividade. Enfim, este documento é a principal normatização que temos sobre a questão”, explica o presidente do CFESS.

Além disso, no exercício de sua função, assistentes sociais têm acesso a uma série de informações que dizem respeito à privacidade e à intimidade dos usuários e usuárias. “A questão do sigilo profissional, particularmente do/a assistente social, é fundamental para que o/a usuário/a se sinta acolhido/a e possa revelar elementos de sua vida que considere importantes. Além disso, não envolve apenas o que é confidenciado ao/à profissional na sala de atendimento, mas é parte de uma dimensão ética da profissão e dos princípios que a norteiam”, avalia a assistente social Vanessa Oliveira, que atua num Centro de Referência de Assistência Social (Cras) em Mossoró (RN).

É importante salientar que, também no atendimento, o/a assistente social precisa ter competência para identificar quais informações são sigilosas, mesmo que o/a usuário não chame atenção para isso. “É um dever ético da profissão. O sigilo tem como preocupação central a defesa dos/as usuários/as. Como assistentes sociais têm inscrito em seu Código o compromisso com a população usuária, o direito ao sigilo se expressa num compromisso profissional. Logo, também é direito que assistentes sociais possam exercer quando são pressionados a abrir mão do sigilo”, afirma Maurílio Matos.

Condições de trabalho

De acordo com Vanessa Oliveira, a política de assistência social traz algumas particularidades, especialmente devido ao



sucateamento que vem sofrendo, por meio da redução progressiva de seus investimentos pelo Estado. “Como rebatimento desses determinantes, os equipamentos da assistência raramente dispõem de condições físicas ideais que garantam o sigilo profissional, a guarda de material técnico-sigiloso, até mesmo condições de iluminação, ventilação adequadas, o que contraria abertamente a Resolução CFESS 493/2006. Por isso, discutir e refletir sobre a ética profissional, à luz do nosso Código de Ética, é tão importante”, analisa Vanessa.

Por outro lado, o trabalho das equipes multiprofissionais podem se desenvolver para viabilizar o atendimento integral ao/à usuário/a. “Isso significa reconhecer que cada profissão pode contribuir com saberes específicos, de modo a permitir uma intervenção que possa abarcar o usuário numa perspectiva de totalidade, possibilitando respostas qualificadas a cada demanda”, observa a assistente social.

Seminário vai debater o assunto

Nos dias 12 e 13 de outubro, o CFESS e o CRESS-MT realizarão o Seminário Nacional Serviço Social e Sigilo Profissional, em Cuiabá (MT). O evento abrirá inscrições gratuitas on-line, pelo site do CFESS, e vai oferecer 300 vagas. Na pauta, o evento debaterá sobre a intervenção da categoria e

a garantia do sigilo, as equipes multiprofissionais, bem como haverá a realização de atividades em grupo, como fomento ao debate e ao compartilhamento de experiências e desafios. O link para inscrições será divulgado em breve no site do CFESS!

O presidente do CFESS reafirma a importância de se refletir sobre o sigilo na atualidade, uma vez que assistentes sociais (e demais profissionais) têm sido cada vez mais pressionados/as pelo Poder Judiciário e pela polícia, por exemplo, para que repassem assuntos extremamente sigilosos fruto dos seus atendimentos à população usuária. “É preciso debater juntos, para afirmar nossos discursos, que devem ter sempre como fonte nosso Código de Ética, e nos fortalecer para a defesa do sigilo, pois essa é a defesa da população usuária do Serviço Social, que, na sua maioria, encontra-se desprovida de informações e expropriada do acesso aos seus direitos e às políticas sociais”, completa Maurílio.

PARTICIPE!

Quando 12 e 13 de outubro/2016
Onde Cuiabá (MT)
Inscrições gratuitas
A partir do 2º semestre, pelo site do CFESS

Serviço Social: uma profissão

Uma profissão inscrita na história do Brasil há 80 anos. Uma profissão que foi capaz de se reinventar e se reconceituar, buscando romper com o conservadorismo do seu surgimento e com o tecnicismo do seu desenvolvimento. Impulsionada pelo movimento de redemocratização do país, reescreveu seu Código de Ética, adotando valores que foram se aperfeiçoando e se tornaram princípios que, hoje, almejam alcançar, no horizonte, um projeto societário sem exploração e dominação de classe.

A homenagem do Conjunto CFESS-CRESS aos 80 anos do Serviço Social brasileiro valoriza a construção histórica desta profissão que se “inscreveu” na sociedade brasileira e busca se encharcar, cotidianamente, da realidade social desse país.

Mas como o Serviço Social chegou até aqui e se tornou crítico e combativo?

As transformações que a profissão sofreu, ao longo de seus 80 anos, estão ilustradas simbolicamente pela arte do Dia do/a Assistente Social 2016.

Da década de 1930 até os tempos atuais, muita coisa aconteceu para que a crítica e a luta se tornassem características fundamentais no seio do fazer profissional de assistentes sociais.

Os primeiros passos

“A data de comemoração do surgimento da profissão no Brasil coincide com a data de criação da Escola de Serviço Social de São Paulo em 1936, que, anos mais tarde, é integrada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ela foi fruto do esforço coletivo de jovens engajadas no movimento da Igreja Católica e cuja intenção primeira era contribuir para o engendramento de uma ação profissional em favor da justiça social”, conta a assistente social Mione Sales, que recentemente fez uma pesquisa sobre a história do Serviço Social para a Agenda Assistente Social 2016.

Segundo ela, as moças católicas, oriundas das camadas abastadas da sociedade paulista, estavam envoltas no processo histórico de reconhecimento da questão social, sua racionalização e controle do operariado. “Assim, perceberam a importância do papel da formação profissional e se mobilizaram nesta direção. Duas delas partiram, respectivamente, para França e Bélgica, a fim de estudar nas principais instituições de ensino de Serviço Social daqueles países. De volta, trouxeram subsídios para a criação da primeira Escola de Serviço Social”, explica Mione.

“Mesmo datadas e ainda muito incipientes, além do forte veio confessional, as contribuições dessas pioneiras tiveram ca-

ráter inaugural em matéria de Serviço Social e também como mulheres à frente do seu tempo”, opina Mione.

Mas é preciso destacar qual era o perfil profissional dessa época: determinado pelo método “ver-julgar-agir”, apontava a necessidade de observação, leitura da realidade, por meio de diagnósticos e balanços sociais, com vistas a uma intervenção nos chamados problemas sociais.

A história vai mostrar que esta essência conservadora, positivista e, posteriormente, tecnicista, passou por pequenas mudanças reformistas até a década de 1960. A partir daí, uma série de acontecimentos incendeia o pensar e agir profissional, culminando, no final dos anos 1970, na ruptura com essa essência.

Antecedentes da “Virada”

Quando se fala no “Congresso da Virada” de 1979, um marco histórico para o Serviço Social brasileiro, é preciso destacar que ele não se deu de um dia para o outro, e sim de uma agitação no âmbito político, teórico e prático da profissão na América Latina e no Brasil.

“O processo de ruptura com o conservadorismo e com a visão positivista da profissão possui uma série de antecedentes entre as décadas de 1960 a 1980, que passam pelas lutas contra as ditaduras na América Latina, pela reconceituação do Serviço Social sul-americano, pela nossa participação ativa no movimento sindical classista e por muitos outros acontecimentos”, conta a assistente social e professora da PUC-SP, Bia Abramides, que não só testemunhou, mas também participou dessas transformações.

Resistir e lutar contra regimes ditatoriais se tornaram princípios vitais de movimentos sociais e de outros sujeitos políticos. A classe trabalhadora enfrentava bravamente todo tipo de violência, para manter vivo o sonho da democracia e da liberdade.

Esse caldo de luta e resistência não demorou para respingar no Serviço Social latino-americano. Já não dava para olhar para a questão social como uma questão moral, e sim como fruto das contradições do capitalismo. A aproximação com as ciências sociais e, em especial, com a teoria social em Marx, e o distanciamento da teoria e método tecnicistas dos Estados Unidos, formataram o que veio a se chamar de reconceituação da profissão na América Latina.

Outro antecedente importante para a ruptura foi a participação ativa de estudantes de Serviço Social. “Passamos a questionar o funcionalismo e o positivismo presentes nos currículos dos cursos de Serviço Social em nossos encontros estudantis, e entender que

o antagonismo de classes deveria ser matéria-prima do Serviço Social”, relembra Bia.

Um terceiro antecedente importante para a construção da “Virada”, segundo Bia Abramides, foi a reorganização do movimento sindical do ponto de vista classista socialista.

Num contexto em que a ditadura maquiava indicadores sociais e econômicos, surgiram diversos movimentos de oposição ao sindicalismo “oficial” cooptado pela ditadura, e assistentes sociais participaram desse novo sindicalismo. Trabalhadores e trabalhadoras enfrentavam o “cale-se” do regime militar e reivindicavam direitos sociais e condições de trabalho em diversas áreas.

“Essa reorganização do movimento sindical no Brasil, de oposição ao ‘peleguismo’ presente nos sindicatos até então, contribuiu muito para a nossa formação política. Foi talvez o momento em que nos reconhecemos como classe trabalhadora”, ressalta a assistente social.

O novo sindicalismo, principalmente do ABC paulista, fomentou diversas formas de resistência social e política no Brasil, e provocou novas práticas no Serviço Social, como a de mobilização e organização da classe trabalhadora.

“Viramos o CBAS”!

São Paulo, 1979. Estava tudo pronto para o 3º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), organizado pelo então Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS). A mesa de abertura contava com nomes alinhados com a ditadura.

“O CBAS tinha um caráter elitista e conservador. A insatisfação da categoria ali presente era visível. A ‘virada’ começou no segundo dia, com a instalação de uma assembleia com a categoria, convocada pela Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas). A partir daí, alteramos os rumos do CBAS”, recorda.

“Nossas assembleias diárias durante o CBAS sugeriam novos debates, progressistas e alinhados com toda a eferescência política que vivíamos. E isso só foi possível com mobilização e organização da categoria. Para se ter uma ideia, a mesa de encerramento foi organizada por nós, com representação de movimentos sociais, sindicais e populares, de luta. O CBAS foi aberto com uma ‘oficialidade’ e terminou com o protagonismo da classe, selando nosso compromisso profissional com a classe trabalhadora”, enfatiza.

A partir daí, começava uma nova etapa da história da profissão e de militância de assistentes sociais. Seja pelo sindicalismo de categoria (e, posteriormente, após de-

INSCRITA no Brasil

ção coletiva, do sindicalismo por ramo de atividade), seja pela disputa da direção das entidades organizativas do Serviço Social (CFESS e CRESS), a veia crítica da profissão passou a ser hegemônica, ditando os novos rumos: um projeto de sociedade anticapitalista, que possibilite a emancipação humana.

“A ruptura dos anos 1980, com a direção social aí definida, foi a base para o projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro dos anos 1990, vinculado ao projeto societário na perspectiva de uma sociabilidade igualitária e libertária”, finaliza Bia.

CFESS-CRESS no embalo da ruptura

A aprovação da Lei de Regulamentação da Profissão de 1957 e, posteriormente, o Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962, marcaram a criação dos conselhos de fiscalização do exercício profissional de assistentes sociais (CFAS e CRAS).

Pensados inicialmente apenas como órgãos de controle e disciplina, com viés burocrático e fundamentado na regulação estatal das profissões liberais no Brasil desde os anos 1950, os conselhos acompanharam, ainda que não concomitantemente, as transformações da profissão.

Assistentes sociais, em sintonia com essas transformações políticas e acadêmicas no Serviço Social, passaram a questionar a forma de organização e participação nas entidades representativas da categoria. Um marco desse movimento são as eleições diretas para o Conselho Federal de Assistentes Sociais, em 1987. Antes, as eleições de gestões eram indiretas.

Tudo isso impulsionou importantes lutas, como a reformulação da Lei de Regulamentação da Profissão, a revisão do Código de Ética, a elaboração de novas Diretrizes Curriculares da Abepss, dentre outras ações.

“Criou-se uma sustentação legal e normativa para as práticas que iam se afirmando no sentido da ruptura. Além da aprovação do Código de Ética profissional, uma importante conquista foi o redimensionamento do sentido da fiscalização profissional, fazendo dela uma aliada na defesa da sociedade e não um ato puramente punitivo”, afirma a conselheira Josiane Soares, que é também coordenadora da Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) do CFESS.

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social foram, e continuam sendo, responsáveis pela normatização complementar do exercício profissional nestes 80 anos de profissão, ação essencial em duas direções, como explica Josiane.

“A primeira, de demarcar a imagem social da profissão, tendo como referências os seus compromissos públicos, que podem ser

cobrados por parte da sociedade de forma transparente e inequívoca. A segunda, de fortalecer a categoria no exercício de suas prerrogativas e autonomia. Essa normatização complementar detalha alguns aspectos de direitos e deveres profissionais que estão cada vez mais em disputa nesta conjuntura, em função da precarização das condições e relações de trabalho.

Assim, profissionais têm no Conselho um aliado a mais para fortalecer a perspectiva ético-política que defendem”, ressalta a conselheira.

E encerra: “por tudo isso, nós, que fazemos o Conjunto CFESS-CRESS, continuamos empenhados/as em escrever essas linhas de próprio punho, enfrentando as adversidades do caminho”.

Desafios atuais

Os principais desafios do Serviço Social vêm das restrições impostas pela lógica capitalista à emancipação dos indivíduos, submetendo amplos segmentos sociais à condição de extrema pobreza e à precarização da vida.

“Essa situação não limita apenas o acesso a bens e serviços socialmente produzidos, mas a construção de valores culturais, éticos e estéticos, essenciais à ampliação de uma visão de mundo, de emancipação política, de respeito à vida, à diversidade e aos direitos humanos”, avalia a assistente social Jandira Silva, que atua no Ministério Público do Estado do Pará e na Secretaria de Estado de Saúde.

Nessa conjuntura, para qualquer reação, é necessário que a categoria compreenda o que está enfrentando, por meio de análise e reflexões críticas dos processos que rebatem nos espaços de trabalho. “Observo, em meu cotidiano laboral e nas relações que estabeleço com outros/as profissionais de diferentes campos, uma fragilidade na leitura e compreensão de processos que chegam por meio das demandas postas, e que resultam em práticas de censura moral, responsabilização de indivíduos, negação de direitos, imposição de controles burocráticos”, analisa Jandira.

No entanto, existem saídas, para as quais a assistente social do Pará conclama a categoria. “Fazer o contraponto com esta lógica perversa e reducionista requer desconstruir seus argumentos e fundamentos, descortinar suas direções teóricas e políticas e ultrapassar limitações das políticas e espaços sócio-ocupacionais de exercício profissional, avançando na direção de formas de luta e superação coletiva. Direção também de resistência ao

>> As pioneiras do Serviço Social, na década de 1930, e a manifestação de assistentes sociais durante o 13º CBAS, em Brasília (DF), em 2010



Arte: Frisson

individualismo, ao consumismo, ao conservadorismo, à apatia política”, ressalta.

Outros desafios vêm de dentro, como o crescimento de uma onda conservadora em uma parte da categoria profissional, que tem se posicionado de maneira retrógrada sobre temas delicados, como aborto, redução da maioria penal, estado laico.

No entanto, como a história da profissão mostra, é possível barrar tentativas de retrocessos e continuar caminhando em uma direção política profissional que tem como horizonte as concepções libertárias e democráticas. Por tudo isso, o Conjunto CFESS-CRESS entende que o Serviço Social é uma profissão inscrita no Brasil.



O que fazer pelos direitos das populações migrantes e fronteiriças?

SEMINÁRIO DEBATERÁ FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS E O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Uma importante questão que tem sido notícia nos últimos meses, além de impactar na atuação de diversas profissões, é a migração. Casos recentes, como a de refugiados/as da guerra na Síria em direção à Europa, bem como a chegada de haitianos ao Brasil, têm pautado o trabalho de assistentes sociais em diversas regiões. Para refletir sobre o assunto e qualificar a intervenção profissional do Serviço Social na questão, o CFESS e o CRESS-PA realizarão, nos dias 6, 7 e 8 de julho de 2016, o Seminário Nacional Serviço Social, Relações Fronteiriças e Fluxos Migratórios Internacionais.

O evento será gratuito e ocorrerá em Belém (PA), na Universidade Federal do Pará (UFPA). Poderão participar assistentes sociais, estudantes de Serviço Social e profissionais de outras áreas. Haverá também a transmissão pela internet.

“Precisamos ampliar este debate a partir da realidade do exercício profissional nas diferentes regiões do país”, explica a conselheira do CFESS Esther Lemos, que coordena a Comissão de Relações Internacionais.

“As causas que originam a migração são estruturais e, nos últimos anos, os fluxos migratórios internacionais intensificaram-se, chocando o mundo com a barbarização e mercantilização de todas as dimensões da vida. Fugindo de guerras, perseguições, fome e crises econômicas, migrantes vivem na incerteza se terão condição digna de vida e, principalmente, um futuro para si e seus familiares”, enfatiza.

O seminário possibilitará que assistentes sociais debatam questões que envolvem o trabalho com a população migrante e fronteiriça e pensem com o Conjunto CFESS-CRESS estratégias de luta pelos direitos dessas populações.

Arte: Rafael Werkema/CFESS



PARTICIPE!

Inscrições gratuitas e vagas limitadas!

Quando 6, 7 e 8 de julho de 2016

Onde Belém (PA)

Inscrições

www.seminariofronteiras.com.br

Fique de olho no recadastramento obrigatório!

PROFISSIONAIS PODERÃO TAMBÉM SOLICITAR NOVO DOCUMENTO DE IDENTIDADE E PARTICIPAR DE PESQUISA ON-LINE

Arte: Frisson



O Conjunto CFESS-CRESS quer conhecer melhor a categoria de assistentes sociais no país. Para isso, profissionais registrados/as nos Conselhos Regionais de todo o Brasil deverão realizar o **Recadastramento Nacional Obrigatório**.

A previsão é que o processo seja iniciado no segundo semestre de 2016. O lançamento foi adiado até então para aprimoramento do sistema de recadastramento, que ainda se encontra em fase de desenvolvimento.

Quem tiver interesse poderá também participar da pesquisa *Perfil dos/as assistentes sociais no Brasil: Condições de Trabalho e Exercício Profissional* e solicitar a emissão do novo documento de identidade profissional (DIP), mais moderno e seguro.

O recadastramento será obrigatório para assistentes sociais que possuem registro no CRESS e é uma ação fundamental e estratégica para atualização de informações pessoais e profissionais junto aos Regionais, possibilitando, inclusive, uma maior aproximação do Conjunto com a categoria.

O recadastramento poderá ser realizado em qualquer computador com acesso à internet, ou em computadores disponibilizados pelos CRESS em suas sedes e Seccionais. Haverá um site específico somente para essas três etapas: recadastramento, pesquisa e solicitação do novo DIP.

Não deixe de acompanhar pelo site do CFESS e dos CRESS as novidades sobre a campanha!

Vamos conversar sobre Estado laico?

TEMA DEVE SER PAUTADO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL SEM PRECONCEITOS, JULGAMENTOS OU DISCRIMINAÇÃO

Muitas pessoas já devem ter reparado em símbolos religiosos dentro de órgãos públicos, instituições de governo ou mesmo nas salas de atendimento de assistentes sociais à população usuária. Também já podem ter percebido mensagens religiosas no carimbo de um/a assistente social. Estes são apenas alguns exemplos de quando a laicidade do Estado brasileiro, elemento instituído pela Constituição Federal, é desrespeitado no cotidiano. Você já pensou sobre isso?

Em tempos de conservadorismo e atitudes retrógradas, em especial pelo Congresso Nacional brasileiro, trazer o debate e a defesa do Estado Laico é reafirmar o projeto ético-político do Serviço Social e a luta de assistentes sociais pela democracia, pela liberdade e por direitos. Sabe por quê?

Para responder a esta pergunta, ampliar o debate sem preconceito e discriminação sobre o tema e trazê-lo para a realidade do Serviço Social, o CFESS entrevistou a assistente social e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) Cristina Brites, que afirma: “o Estado Laico é parte das conquistas históricas no campo dos direitos”. Confira a seguir.

CFESS >> Antes de tudo, o que significa de fato o Estado laico?

Cristina Brites >> Ele representa a afirmação de uma cidadania não tutelada, baseada em direitos, ainda que nos limites burgueses, frente aos quais é inaceitável a intervenção do Estado sobre a liberdade de crença religiosa de cada indivíduo. Igualmente, torna-se inaceitável qualquer intervenção do Estado fundada em convicções religiosas sobre qualquer aspecto da vida social e da vida privada das pessoas. Isso significa, sobretudo, que um Estado laico não pode tomar como referência, para legislar sobre a vida dos indivíduos sociais, as concepções, convicções e valores fundados em dogmas religiosos. O ordenamento jurídico da vida social, os princípios, diretrizes e objetivos das políticas sociais (saúde, educação,



Arte: Rafael Werkema/CFESS

assistência social, etc.) devem coadunar com a afirmação de liberdades individuais, como a de manifestação religiosa, política, de orientação sexual e de identidade de gênero.

>> Por que o debate sobre o Estado laico se torna tão atual na conjuntura em que se encontra o Brasil?

Cristina - Refletir sobre a questão é fundamental, tendo em vista que o avanço de tendências conservadoras, que vivenciamos hoje nas mediações ético-políticas entre o Estado e a sociedade (classes), deita raízes na crise estrutural do capitalismo mundial. Isso pressiona as instituições e estruturas de poder do Estado para ampliação do controle,

regulação e manipulação de várias dimensões da vida social. Assim, as ameaças ao Estado Laico configuram-se como expressões do avanço do conservadorismo e do irracionalismo neste contexto de agudização dos antagonismos de classe e, conseqüentemente, uma ameaça ao processo de democratização da sociedade e do Estado.

>> De que maneira a defesa do Estado laico se insere na atuação profissional de assistentes sociais?

Cristina >> A primeira necessidade que se impõe à atuação da categoria, comprometida com a defesa da liberdade como valor ético central e a democratização do poder econômico e político, é de identificação e

recusa das ameaças ao Estado laico presentes na realidade brasileira. Desde o avanço do conservadorismo, do irracionalismo e da intolerância religiosa no cotidiano profissional, até a consciência crítica de que estas tendências são incompatíveis com o Estado Democrático de Direito e são ainda uma ameaça à efetivação da ética profissional.

>> É possível citar um exemplo prático do ataque à laicidade do Estado no Brasil?

Cristina >> Um exemplo recente pode ser encontrado no denominado Estatuto da Família (Projeto de Lei nº 6.583/2013). Este PL pretende atribuir ao Estado o poder de definir como deve ser a composição familiar na sociedade brasileira. A família, como instituição social, não existe por força de lei, existe como realidade sócio-histórica, diante da qual cabe ao Estado democrático o seu reconhecimento legal e a proteção de seus direitos. Do ponto de vista do Estado Democrático de Direito, a concepção de família inscrita no referido PL é inaceitável, abertamente formulada com base em convicção religiosa e nega a diversidade de composição familiar existente na sociedade.

>> Como o Serviço Social pode fortalecer a luta em defesa do Estado laico no país?

Cristina >> É importante reafirmar que o Código de Ética do/a Assistente Social defende uma atuação profissional contrária a todas as formas de injustiça, opressão, discriminação e barbárie. Daí que a liberdade de manifestação e a diversidade de convicções religiosas presentes na sociedade supõem o Estado Laico, o que não significa uma sociedade laica. Se assistentes sociais têm a liberdade como valor ético central, a defesa da categoria precisa ser pela liberdade de manifestação religiosa, pelas liberdades individuais e pelos direitos de cidadania, o que efetivamente supõe um Estado democrático e laico.

Profissões da área de saúde se posicionam contrárias à graduação à distância

NOVAS MODALIDADES, VELHAS RECEITAS: CRIATIVIDADE DO MERCADO EM PRECARIZAR A FORMAÇÃO

Segundo dados do sistema e-MEC, do Ministério da Educação, em março de 2016, 71.784 vagas foram autorizadas para cursos de graduação à distância em Serviço Social (o chamado EaD). Entretanto, não é de hoje que o Conjunto CFESS-CRESS enfrenta os processos de precarização da formação profissional. “Nossa luta hoje tornou-se, porém, menos solitária e mais articulada, pois o ataque à formação chegou a outras profissões da saúde e seus respectivos conselhos se organizam”, destaca a coordenadora da Comissão de Formação Profissional do CFESS, Erlênia Sobral.

É o que ocorre com o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), por exemplo. A instituição realiza a Operação EaD, pois, acionado pelo Ministério Público, visitou pólos de EaD, encontrando várias irregularidades. Estas foram sistematizadas em um dossiê, que subsidia o projeto de lei (PL) que prevê a proibição de curso de enfermagem nesta modalidade. Na perspectiva de ações conjuntas, o Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FC-FAS) vem pautando a questão do EaD, elaborando tanto um PL coletivo em favor da exclusividade de ensino presencial na graduação dos cursos da área, quanto elaborando peças de comunicação em favor da universidade presencial. O acúmulo deste debate não é de agora, pois, desde 2011, é feito pelo Fórum, a exemplo do 1º Seminário sobre Ensino de Graduação à Distância na Área da Saúde.

Ainda sobre a articulação contra a precarização da educação, o CFESS compõe o Comitê Nacional em defesa dos 10% do PIB para a educação pública junto com outras entidades que, de 16 a 18 de junho de 2016, realizará o 2º Encontro Nacional da Educação. Na pauta do evento, temas fundamentais como: acesso e permanência, gestão, financiamento, dentre outros. “Este processo de reunião de lutadores e lutadoras do campo da esquerda tem, na temática da educação, um elemento fundamental de unidade, pois todos/as sentem os impactos dos ataques do ajuste estrutural sobre a educação pública”, explica a conselheira do CFESS.

Segundo Erlênia Sobral, as lutas neste campo, ainda que reforçadas pela busca de unidade, enfrentam a dureza do grande capital e o poder dos grandes conglomerados educacionais, que, a despeito da crise, lucram milhões. Não obstante seus grandes lucros na modalidade à distância, a criatividade do mercado na sua ânsia por mais lucro, não cessa. É o que revelam as denúncias de uma nova modalidade, que hoje chegam ao Conjunto CFESS-CRESS: formação por via de cursos de extensão.



Arte: Mariano Vale e Rafael Werikema/CFESS

Institutos ofertam módulos de cursos de extensão em Serviço Social, geralmente nos finais de semana. Estes créditos são, em seguida, aproveitados por instituições de ensino superior (IES) que oferecem o curso de Serviço Social e os/as estudantes são, por estes, certificados/as como curso de graduação. O/a aluno/a que se matricula no curso de extensão já vai mobilizado por se graduar, pois as propagandas indicam a seguinte mensagem: curso de extensão com acesso à graduação.

É importante enfatizar que a irregularidade destes cursos já foi denunciada pelo Ministério Público Federal, que, dentre outros argumentos, constata indevida terceirização da atividade de ensino superior e lembra que o art. 47, § 2º, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) não autoriza a utilização futura do estudo na extensão para a graduação, e sim aproveitamento entre cursos de graduação.

O CFESS, na mesma perspectiva em que enfrenta o EaD, alerta todos/as sobre a gravidade nos processos de qualquer forma de aligeiramento da formação e os perigos que significam para as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

(Abepps) e a direção ético-política historicamente construída pela categoria. “Sem citar que a nossa defesa é pela formação que afirme a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e um outro princípio fundamental é o rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o/a profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social”, analisa Erlênia Sobral. A afirmação destes princípios exige uma formação não aligeirada e não baseada nos chamados cursos livres aproveitados para a graduação, constituída de todas as exigências das diretrizes curriculares.

Como entidade que representa os interesses da categoria de assistentes sociais, o CFESS está na luta coletiva em defesa do acesso à educação pública, gratuita, presencial e de qualidade. As reduções e os rebaiamentos avassaladores do mercado não representam o acesso defendido pelo CFESS e só beneficiam o próprio mercado, a despeito de uma formação de qualidade. “Continuaremos combatendo e chamando toda a categoria a exigir a educação como direito e não como mercadoria”, completa a conselheira.

15^o CBAS

CONGRESSO BRASILEIRO DE
ASSISTENTES SOCIAIS

80 ANOS DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL
"A CERTEZA NA FRENTE E A HISTÓRIA NA MÃO"

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) é o maior evento da categoria no Brasil. Em 2016, tendo como tema os *80 anos do Serviço Social no Brasil – a certeza na frente, a história na mão*, o congresso comemorará algumas datas significativas para a trajetória da profissão. Os 80 anos de criação do primeiro curso marca o início do Serviço Social no Brasil.

O CBAS ocorrerá em Olinda (PE) e deve receber 3 mil pessoas, dentre assistentes sociais, estudantes e profissionais de outras áreas e, inclusive, de outros países. Muitos serão os temas abordados no evento, que perpassam a atuação de assistentes sociais em uma série de áreas: saúde, assistência, previdência, sociojurídico, direitos

humanos, dentre outras. Além disso, questões como a precarização do trabalho, a organização política da categoria, os desafios diante da conjuntura de conservadorismo também serão pauta de plenárias simultâneas e sessões temáticas.

O 15^a CBAS também terá o lançamento de livros e a exposição de trabalhos. As entidades organizadoras (CFESS, CRESS-PE, Abepss e Enesso) destacam que o evento contará mais uma vez com excelentes oportunidades de atualização profissional, ato político, atividades culturais e partilha de experiências profissionais.

É importante destacar que o valor da inscrição do CBAS permanece exatamente o mesmo há três edições consecutivas

do evento, ou seja, há exatos seis anos. Esta é uma informação fundamental, tendo em vista se tratar de um evento autofinanciado: isso significa que toda a estrutura montada e disponibilizada aos/às participantes é custeada apenas pelos recursos das inscrições e alguns patrocínios de órgãos públicos.

"Este CBAS será histórico e inesquecível, dada sua temática e a conjuntura em que acontecerá. Por isso, é imprescindível a participação da categoria", destacou o presidente do CFESS, Maurílio Matos.

INSCRIÇÕES
www.cbas2016.com.br

Residência Multiprofissional em Saúde é espaço fundamental para formação na área

SEMINÁRIO VAI DEBATER O TEMA NOS DIAS 4 E 5 DE SETEMBRO, ANTECEDENDO O 15^o CBAS

Uma das áreas de atuação de assistentes sociais é a política de saúde. Mas antes disso, ainda na etapa da formação profissional, uma atividade fundamental e estratégica é a residência multiprofissional na área. Para debater o assunto, especialmente em meio aos ataques que a saúde pública vem sofrendo no Brasil, com as organizações sociais (OS) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), o CFESS realizará o Encontro de Residência Multiprofissional em Saúde.

O evento ocorrerá nos dias 4 e 5 de

setembro, em Olinda (PE), antecedendo o início do 15^o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Com vagas limitadas, as inscrições serão feitas gratuitamente pela internet, no site do CFESS.

O Encontro de Residência buscará debater também o referencial teórico-legal que subsidia a residência em Serviço Social, reafirmando a importância de um exercício fundamentado no projeto ético-político da profissão. A coordenadora da Comissão de Seguridade Social do CFESS, Alessandra Souza, ressalta que,

por entender a saúde como espaço multiprofissional, "o Serviço Social busca o aprimoramento do exercício profissional e da formação sob a ótica da saúde como um direito universal".

Ainda entre os temas em pauta, o evento abordará alguns desafios do Sistema Único de Saúde (SUS) na residência, como a fragilidade na articulação do trabalho multiprofissional, a concentração de profissionais da saúde em determinadas regiões do país e a fragmentação dos modelos assistenciais e da integração dos serviços.

Serviço Social discute o exercício profissional em territórios fronteiriços e fluxos migratórios

O/A assistente social deve sempre estar atento/a às questões que envolvem os direitos humanos, posto ser um dos princípios que norteiam a sua prática profissional presente no Código de Ética. Na mesma proporção, devem também ser considerados os assuntos relacionados aos territórios fronteiriços e fluxos migratórios.

No Brasil, a faixa de fronteira é normatizada pela Constituição Federal, a qual delimita a extensão de 150km de largura, paralela à linha divisória terrestre. No Mato Grosso do Sul, há mais de mil quilômetros de fronteira e, dos 79 municípios que compõem o estado, 29 fazem parte da faixa de fronteira. Nessas regiões, atuam cerca de 783 assistentes sociais, de acordo com o sistema do **Conselho Regional de Serviço Social do Mato Grosso do Sul (CRESS-MS)**.

Diante disso, o Conselho decidiu por aproximar a categoria dessa discussão e conversou com a assistente social Estela Scândola, que é especialista em Saúde do/a Trabalhador/a e Psicologia Social, mestre

em Saúde Coletiva, doutoranda em Serviço Social, professora e pesquisadora da Escola de Saúde Pública e da Universidade Católica Dom Bosco, feminista e militante de direitos humanos, além de pesquisar sobre as questões fronteiriças.

CRESS >> Ao tratar de territórios fronteiriços e fluxos migratórios, o/a assistente social deve visualizar essa temática de que forma?

Estela >> A primeira questão é essa mesma: não estamos falando de fronteiras, mas de territórios fronteiriços. Significa que não é um país e outro, mas um território especial. No entanto, a história da América Latina é feita de ditadura em ditadura e isso afeta diretamente a representação social sobre o que é território fronteiriço.

Mesmo com o discurso público governamental brasileiro tendo mudado a partir de 2003, falando da fronteira como encontro, como local de partilha, de cooperação, a cultura predominante ainda é do rechaço e da negação da latinidade.

Na formação profissional, temos ainda alguns impasses, especialmente porque a centralidade para discutir a seguridade social está baseada nas experiências europeias e quase nada a partir da América Latina. Mais que a qualificação técnica, é preciso lidar mesmo é com os conceitos construídos historicamente e que impõem práticas profissionais não garantidoras de direitos e, às vezes, até violadoras.

>> Qual a importância, para a categoria, de se discutirem essas questões?

Estela >> A importância é a vitalidade que a temática pode trazer ao cotidiano dos/as profissionais que estão nos territórios fronteiriços, mas também para o conjunto das organizações formadoras. Discutir os territórios fronteiriços é olhar para o contexto latino-americano em todas as dimensões, especialmente a econômica e a cultural, cujas conturbações propiciam lugares que não são aqui, nem são de lá.

A discussão de territórios fronteiriços, latinidade e exercício profissional precisa entrar nos currículos das universidades, por meio de ação articulada da Abepss, da proteção e orientação dos/as profissionais por meio do Conjunto CFESS-CRESS e na atuação política da Enesso.

>> Como o/a assistente social pode garantir o acesso a direitos, em especial no campo da proteção social e dos direitos humanos nos espaços fronteiriços?

Estela >> No caso de territórios fronteiriços, há que se utilizar o Código de Ética Profissional, a regulamentação da profissão, sobretudo, conhecer as convenções, protocolos e tratados internacionais, visando à não restrição de direitos. Há muitos avanços que não estão no cotidiano da profissão, como a Convenção 169, ratificada em 2004, resultado de quase 15 anos de debates e pressões populares, que trata dos direitos dos povos tradicionais e tribais.

O cotidiano profissional, no entanto, precisa ser considerado. Cada vez mais, os serviços estão sendo refilantropizados e saqueados em qualidade pelos cortes dos gastos públicos e pela terceirização. Ser bons/boas técnicos/as não é suficiente para enfrentar a barbárie. É preciso ação política.



Foto: acervo CRESS-MS

Scândola: "não estamos falando de fronteiras, mas de territórios fronteiriços"

CRESS-GO

CRESS-GO põe em prática Carta-Programa da gestão

A gestão do **Conselho Regional de Serviço Social de Goiás (CRESS-GO)** *Resistência ética e ação: a luta continua* vem realizando uma série de ações e pactos assumidos coletivamente em sua Carta-Programa.

Pensar em frentes de trabalho e bandeiras assumidas requer da gestão uma leitura crítica da ofensiva neoliberal, em uma lógica destrutiva e processualidade incontrolável, que lança mão da reestruturação produtiva com mecanismos novos de extração econômica, via desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, como a precarização, o desemprego destrutural, a especulação financeira em detrimento da produção. Por outro lado, irrompe, ao desvelar as suas contradições e antagonismos, com crescentes manifestações dos/as trabalhadores/as

em vários países, dentre eles o Brasil.

Nesse contexto, o CRESS-GO, mergulhado no projeto ético-político da profissão, é desafiado a intervir com a categoria, na busca de estratégias socioprofissionais que assegurem condições de trabalho às/aos assistentes sociais e deem respostas às demandas que emergem da realidade social. Essas exigências que estão postas e imbricadas nas dimensões econômica, social, política e cultural, impõem à gestão uma direção social e política, permeada pelos princípios assegurados em nosso Código de Ética, na lei de regulamentação da profissão e o compromisso com as bandeiras mais gerais da classe que vive do trabalho.

Embuídos pelo sentimento das lutas e resistências encampadas pelo Serviço So-

CRESS-DF debate a atuação da categoria no contexto de precarização das políticas sociais e das condições de trabalho



Oficina sobre relatórios e pareceres sociais na área da Infância e Juventude

O Conselho Regional de Serviço Social do Distrito Federal (CRESS-DF), gestão *Quem Quer Conselho, Participe!*, por intermédio da Comissão de Formação, estruturou um projeto visando à análise política da atuação profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais do DF, cuja implementação teve início em 2015, no formato de oficinas.

As áreas temáticas definidas foram priorizadas com base na discussão acerca da precarização das condições de trabalho dos/as assistentes sociais, quais sejam: socioeducação, assistência social, saúde, previdência social, empresas públicas e o terceiro setor.

A primeira oficina, realizada em agosto de 2015, em articulação com a Secretaria de Políticas para a Criança e Juventude do DF e o Centro Universitário IESB, tratou do tema *Relatórios e Pareceres Sociais*, com a participação do professor Marcos Francisco de Souza, do Tribunal de Justiça do DF. A atividade abordou a dimensão instrumental técnica-operativa, associada às dimensões técnico-metodológicas e ético-políticas no exercício profissional.

Em outubro, foi realizada a segunda oficina, com a temática *Os Desafios Profissionais dos/as Assistentes Sociais do Sistema Único de Assistência Social no Distrito Fed-*

ral, ocasião em que foram apresentados os resultados de uma pesquisa realizada com os/as trabalhadores/as de oito Centros de Referência de Assistência Social (Cras) no DF, pela professora Priscilla Maia, do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB).

A terceira oficina ocorreu em outubro, como resultado da articulação com a Secretaria de Saúde do DF e a Coordenação de Estágio Supervisionado do Departamento de Serviço Social da UnB, com o tema *O Trabalho do/a Assistente Social nas Equipes Multiprofissionais de Saúde: desafios éticos-políticos*. A oficina teve a participação do professor doutor Maurílio Castro de Matos, presidente do CFESS.

A avaliação das oficinas já realizadas indica que esse espaço de discussão pode favorecer a aproximação do CRESS com a categoria, bem como, aprofundar o debate sobre as práticas profissionais no contexto atual, em que a precarização do trabalho está presente de forma intensa, na execução das políticas sociais, incidindo diretamente no exercício profissional.

Tais atividades têm chamado a atenção para a necessidade de articulação entre as comissões de Formação e de Fiscalização, em debate com a Comissão de Seguridade

Social, cuja atuação conjunta torna-se imprescindível para a intervenção do CRESS, no sentido da discussão sobre o fazer profissional, em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social.

Em 2016, O CRESS-DF dará continuidade ao debate da atuação profissional dos/as assistentes sociais, envolvendo a categoria desde a definição da temática a ser priorizada; aprofundando a discussão com as entidades da categoria, em articulação com a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepps).

CRESS-DF assume a vice-presidência do Conselho de Assistência Social do DF

A participação ativa no Fórum de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS do DF (FETSUAS-DF) levou o CRESS a assumir a coordenação executiva do movimento. O envolvimento do Regional resultou na eleição do CRESS para uma vaga como titular, representado os trabalhadores e trabalhadoras no Conselho de Assistência Social do DF (CAS-DF).

Atualmente, o CRESS-DF tem assento na mesa diretora e assumiu a vice-presidência do CAS-DF.

cial brasileiro, a seguir estão algumas das ações desenvolvidas pelo CRESS-GO:

Comissão de Seguridade Social Foi realizado no dia 11 de novembro, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), o Encontro Goiano de Serviço Social e Seguridade Social. O encontro contou com a participação do professor Renato Francisco de Paula e das professoras Olívia Maria Jácome, Ana Maria da Trindade e, como debatedora, a professora Maísa Miralva da Silva.

Comissão de Orientação e Fiscalização A gestão do CRESS-GO assumiu o compromisso de manter e promover debates e reflexões para formação e qualificação profissional das/os assistentes sociais. Por

isso, realizou, no dia 26 de outubro, o *Encontro Goiano do Sociojurídico*. O encontro contou com a palestrante Renata Gomes da Costa, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), apresentando os desafios do exercício profissional na área do sóciojurídico. As/os assistentes sociais presentes tiraram como encaminhamento do encontro a criação do GT Sociojurídico do estado de Goiás, com data a ser definida posteriormente. As/os participantes do encontro avaliaram a atividade de forma positiva e profícua.

Comissão de Trabalho e Formação Promoveu o evento comemorativo dos quatro anos do *Café com Marx*. O evento represen-

tou os anos de muita luta e compromisso da categoria em sustentar a riqueza desses encontros, que são os estudos em Marx, promovidos com a colaboração do professor George Coelin,, professora Omarí Ludovico e Darcy Roldão. Os encontros são mensais (último sábado de cada mês) na sala de mestrado da PUC-GO.

Comissão de Trabalho e Formação Continuidade da realização do Curso para Multiplicadores/as do *Ética em Movimento* - o curso tem previsão para o mês de março, podendo ser realizado até agosto, sob a coordenação da presidente do CRESS-GO, Ilma Inácia de Sousa Pugliesi. A tônica do curso de multiplicação é o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social.

Ações do CRESS-MT visam a garantir a representação da classe nos espaços de controle social

Ao rever o planejamento apresentado no início da gestão do **Conselho Regional de Serviço Social do Mato Grosso (CRESS-MT)**, é possível conferir realizações que fomentaram diálogos entre assistentes sociais que representam o CRESS nos espaços de controle social, como nos conselhos de direitos e políticas públicas, fóruns, conferências e outros. Atualmente, o CRESS está em 24 conselhos e fóruns de políticas públicas e de direito de âmbito municipal e estadual.

CEDCA-MT No último dia 5 de fevereiro, a conselheira do CRESS-MT Anelyse Cristine Cândido tomou posse como presidenta do Conselho Estadual da Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA-MT) para o biênio 2016/2017. Também foram empossados/as os/as 32 membros do CEDCA-MT e eleita uma nova diretoria. O CEDCA é um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas-MT). Cabe a ele fiscalizar e formular políticas públicas assistenciais voltadas para o setor, além de captar e gerir recursos do Fundo de Infância e Adolescência (FIA), que financia projetos e demais atividades.

FETSUAS Trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social (Suas) dos 141 municípios de Mato Grosso participaram do Seminário Trabalhadores/as que temos, trabalhadores/as que queremos, em 17 de setembro de 2015, em Cuiabá. O evento reuniu profissionais de nível fundamental, médio e superior dos 16 polos do estado de Mato Grosso, num processo intenso de mobilização, unindo assim a força dos/as trabalhadores/as. A instalação do fórum tem por objetivo assegurar espaços de discussões que venham ao encontro dos anseios da categoria.

A conselheira do CRESS-MT Andréia Maria Amorim, integrante da comissão organizadora do seminário, informou que a articulação para a criação do FETSUAS vinha sendo discutida desde 2009. As amplas necessidades dos/as trabalhadores/as, falta de identificação profissional, disparidade de remuneração e rotatividade de trabalhadores/as foram as principais alavancas da mobilização. "O objetivo, com a instalação do fórum, é assegurar que, por meio deste espaço político, se tenham os diálogos e discussões sobre tudo aquilo

que diz respeito à gestão do trabalho no Suas", explicou. A conselheira informou também que, de acordo com um levantamento divulgado pela Setas-MT, atualmente o Mato Grosso conta com 5.400 servidores/as na rede da assistência social. Este evento foi resultado de esforço coletivo dos conselhos regionais de classe: CRESS-MT, CRP-MT, CORECON-MT, CREFITTO-MT e o Sindicato dos Servidores Públicos da Carreira do Desenvolvimento Econômico e Social, em parceria com a Setas-MT.

Luta pelas 30 horas - A diretoria se reuniu com a assessoria da presidência da Assembleia Legislativa, para discutir a submissão do projeto de lei nº 183, que versa sobre a jornada de trabalho de 30 horas no âmbito do estado de Mato Grosso. De acordo com a presidenta do CRESS, Vera Honório dos Anjos, a informação é de que, até junho deste ano, o projeto deverá ser incluído na pauta legislativa. O PL nº 183 já percorreu os trâmites de seu mérito com parecer favorável, e está apto pra votação. "Precisamos que a categoria esteja em alerta, acompanhando o andamento, para que, logo que o projeto entre na pauta, nos mantenhamos mobilizados/as e, assim, possamos sensibilizar os/as parlamentares na tramitação e apreciação junto à Comissão Constituição e Justiça", afirmou a presidenta.

Organização profissional Com os avanços das políticas públicas, ampliaram-se os espaços sócio-ocupacionais e, com eles, as diferentes demandas que, por sua vez, passaram a apresentar especificidades para os/as assistentes sociais. As organizações também sofreram transformações e a categoria tem assumido, como estratégia de luta, fazer alianças com as representações dos/as trabalhadores/as por ramo de atividades. Assim, opta pela sindicalização por ramo de atividade e não por categoria, como medida de assegurar espaços de diálogos, com vistas a garantir os direitos tanto dos/as usuários/as das políticas, como dos/as trabalhadores/as que atuam frente às políticas. Nessa direção, o CRESS-MT compreende que a conjuntura atual de ameaças da perda dos direitos e das garantias trabalhistas são diálogos que o Conjunto CFESS-CRESS vem, ao longo dos anos, amadurecendo com a categoria.

CRESS-PI pela defesa de direitos

A defesa de concursos públicos que englobem os/as assistentes sociais é uma bandeira de luta do Conjunto CFESS-CRESS e, assim sendo, o **Conselho Regional de Serviço Social do Piauí (CRESS-PI)** não poderia deixar de lado essa bandeira. Essa luta vem sendo fortalecida com ações concretas realizadas pela gestão *Serviço Social na Luta Sempre*, como em ações realizadas no âmbito do movimento Pró-Assistente Social no edital do concurso do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI).

O movimento foi articulado após TJ-PI lançar edital para concurso público sem contemplar os/as assistentes sociais. O CRESS-PI foi às ruas e, em meio a manifestações, reivindicava a inclusão de pelo menos três vagas no edital. Ainda dentro desse âmbito, o CRESS-PI apoia a luta dos/as aprovados/as e classificados/as do último concurso da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí (Sesapi), que, desde o ano de 2011, aguardam a convocação.

A gestão do CRESS, na busca pela valorização do exercício profissional de qualidade, para atender aos/às usuários/as de forma qualificada, mantém a fiscalização como ferramenta assídua do exercício profissional. Entretanto, a fiscalização enquanto atividade-fim não se constitui somente de ações e instrumentos punitivos. Mas na defesa de um exercício profissional de qualidade.

Devendo ainda se constituir de uma dimensão pedagógica que permita ampliar a divulgação e a compreensão do Código de Ética do/a Assistente Social e da Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão de Serviço Social. Dessa forma, faz parte do calendário anual de atividades do Conselho.

E, buscando o fortalecimento da Política de Formação Permanente, o CRESS-PI organiza e participa de forma ativa da realização de seminários, cursos e oficinas, atividades que possam agregar conhecimento aos/às estudantes e profissionais que dialogam em torno de uma compreensão crítica da realidade social.

Um exemplo foi a realização da Oficina de Graduação e Pós-Graduação da Abepss Regional Norte, bem como do 2º Fórum Estadual de Supervisão de Estágio em Serviço Social. Eventos que abriram espaço para uma discussão acerca da centralidade do estágio supervisionado na formação profissional, a partir do debate dos elementos que compõem a realidade dos cursos de Serviço Social, sobretudo discutindo a precarização do ensino, articulando assim, nesse processo, os elementos envolvidos, que são: discentes, docentes supervisores/as acadêmicos/as, assistentes sociais supervisores/as de campo.

Já o apoio à campanha em alusão ao Dia Mundial da Não Violência, comemorado no dia 30 de janeiro, fez parte das ações realizadas pelo CRESS-PI, destacando assim o envolvimento do Conselho nas questões socioeducativas, ultrapassando assuntos inerentes ao âmbito profissional. A gestão *Serviço Social na Luta Sempre* reforça que os desafios não são poucos, mas com luta, organização e determinação, as batalhas serão vencidas.

Resistindo e lutando pela autonomia profissional e pela emancipação humana

O engajamento em prol da consolidação de um projeto profissional que seja decisivo na luta por uma sociedade humanamente emancipada é uma das principais características da gestão *Em Tempos de Luta*, do **CRESS Alagoas**. Além de, cada vez mais, aliar-se às resistências sociais e à defesa da autonomia dos/as profissionais do Serviço Social, a gestão também tem buscado contribuir significativamente para a criação de espaços que proporcionem, aos/as estudantes e profissionais da área, o debate e a reflexão sobre o trabalho e o compromisso ético-político dos/as assistentes sociais.

Nesse sentido, a Semana do/a Assistente Social de Alagoas, realizada pelo CRESS em parceria com outras entidades no mês de maio (2015), constituiu um valioso momento de troca e aprendizado para todos e todas que tiveram a oportunidade de participar do encontro. O evento discutiu as necessidades, capacidades e conquistas do Serviço Social no Brasil, assim como a sua importância

para a sociedade, especialmente em tempos de tamanhas perdas de direitos sociais.

Durante a sua participação na atividade, a assistente social, professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e conselheira do CFESS Josiane Soares Santos fez questão de ressaltar que o debate sobre atribuições e competências profissionais está inteiramente relacionado à defesa das políticas sociais.

“Nós temos, na defesa das nossas atribuições e competências, o dever e o compromisso ético-político de fazer isso junto com a defesa da qualidade dos serviços prestados e junto com a defesa dos direitos sociais como algo público que precisa ter ampliação e universalização do seu acesso”, ponderou.

O presidente do CFESS, Maurício de Castro, outro palestrante do evento, também enfatizou que os/as assistentes sociais precisam atentar para a necessidade de compreender o fazer social e a defesa dos direitos sociais como fatores interligados.



Semana do/a Assistente Social em Alagoas reuniu centenas de pessoas

O 5º Seminário de Serviço Social, que foi organizado pelo CRESS-AL em novembro de 2015, também foi um importante momento para se discutir o trabalho e as responsabilidades dos/as assistentes sociais. O evento ocorreu dentro da programação da 7ª Bial Internacional do Livro de Alagoas e contou com o patrocínio da Cortez Editora e com o apoio da Editora da Universidade Federal de Alagoas e dos cursos de Serviço Social das unidades Maceió e Palmeira dos Índios dessa instituição.

Na atividade, Ricardo Antunes, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Ana Maria de Vasconcelos, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) também abordaram o compromisso ético-político que está inerente ao fazer Serviço Social. Ricardo

falou sobre trabalho e sociabilidade em tempos de crise e Ana fez explanações sobre o Serviço Social e a luta de classes.

Esse compromisso, sempre discutido nos eventos promovidos pelo CRESS, é uma tecla que tem sido tocada bravamente pela atual gestão do Conselho, presente e atuante nas lutas e resistências dos/as assistentes sociais por sua autonomia profissional e também em prol dos/as trabalhadores/as e demais grupos sociais que sofrem opressões e violências cotidianamente.

Fazer Serviço Social, afinal, mais do que uma condição profissional, é uma luta cotidiana em busca da construção de um mundo mais justo. Ser assistente social, em tempos de tantas desigualdades, é se admitir enquanto parte de uma resistência coletiva, por uma sociedade humanamente emancipada.

ANOTE O CALENDÁRIO DE EVENTOS DO CRESS-AL >> 3º Seminário Estadual de Serviço Social e Educação (1º de junho)
 >> Curso sobre Orçamento e Financiamento de Políticas Públicas (26 de Agosto) >> Seminário Estadual de Assistência Estudantil (Agosto/2016)
 >> Reunião Descentralizada com as Assistentes Sociais do Sertão de Alagoas (Outubro/2016)

CRESS-PB

CRESS-PB inaugura nova sede e convoca primeiros/as concursados/as

Finalmente, um grande sonho dos/as assistentes sociais da Paraíba foi realizado! No último dia 26 de fevereiro, durante a Assembleia Extraordinária do **Conselho Regional de Serviço Social da Paraíba (CRESS-PB)**, foi inaugurada a nova sede da instituição, localizada na Rua João Amorim, nº 243, Centro de João Pessoa. Na oportunidade, além das comemorações relativas à inauguração da sede, a gestão Seguir na Luta, Forte e Independente apresentou a prestação de contas política e financeira do ano de 2015.

Segundo o presidente do CRESS-PB, Tércio Teixeira, os/as assistentes sociais do estado vivem um momento histórico para a categoria. “Hoje a estrutura física da nossa entidade permite receber a categoria e fazer com que funcione uma série de comissões, mas fomos além das condições físicas; ainda em 2015, começamos a nomeação dos/as concursados/as para o corpo administrativo e da assessoria de co-

municação. Em 2016, nomearemos outros/as profissionais, agentes administrativos/as e agentes fiscais, aprimorando ainda mais as ações do Conselho”, destacou.

Comissões do CRESS-PB Além das comissões regimentais do CRESS-PB, atualmente três outras comissões estão em pleno funcionamento: a de Educação, a de Seguridade Social e a do Sociojurídico. Seu funcionamento regular tem fortalecido o envolvimento dos/as assistentes sociais inscritos/as no Conselho e o fortalecimento de diversas pautas, a exemplo das mudanças no edital do concurso público do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da luta pela nomeação dos/as concursados/as do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) e a jornada pela alteração da lei municipal que estabelece a atuação dos/as assistentes sociais na educação de João Pessoa. Participe das comissões temáticas!

Campanha de Valorização da Profissão

As comemorações do Dia do/a Assistente Social foram iniciadas pelo CRESS-PB ainda em março de 2016, com o lançamento de importante campanha de valorização da profissão. Com ocupação de importantes espaços na TV, nas rádios e nas redes sociais, a campanha tem repercutido de forma muito positiva entre os/as assistentes sociais do estado e a sociedade em geral.

Além de comemorar os 80 anos do Serviço Social no Brasil, a ação tem fortalecido importantes pautas da categoria, a exemplo da luta pela realização de concurso público e nomeação de concursos já realizados, a elaboração e implementação dos planos de cargos, carreira e remuneração (PCCR), assim como a exigência das condições éticas e técnicas para o trabalho do/a assistente social. Estas são algumas das pautas fortalecidas pela campanha desenvolvida pelo CRESS-PB.

Lutas políticas marcam atuação da gestão Tecendo a Manhã no CRESS-PE

O Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco (CRESS-PE), gestão *Tecendo a Manhã*, pautou, no ano de 2015, uma série de ações políticas e institucionais, visando à valorização do/a profissional de Serviço Social, ao fortalecimento das ações precípuas de ética e fiscalização, ao diálogo democrático com a sociedade e às lutas coletivas. Os resultados foram muitos avanços conquistados e vários desafios a enfrentar em 2016.

Lutas e representações políticas As lutas que vêm sendo defendida pelo CRESS-PE, em consonância com as demais entidades representativas da categoria (CFESS, Abepss e Enesso), são desafiadoras em tempos de retração de direitos sociais.

O Conselho vem acompanhando no estado as mobilizações contra a proposta de redução da maioria penal, tendo participado das diversas atividades realizadas pelo Comitê Não à Redução. Além disso, promoveu, em Recife, Garanhuns e Salgueiro, debates para celebrar os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca), com destaque para o reforço a essa luta.

O CRESS está participando também das atividades da Frente contra a Privatização da Saúde, por meio de eventos promovidos em Pernambuco e do encontro da Frente Nacional realizado no Rio de Janeiro. Outras ações importantes encampadas pelo CRESS-PE envolveram a participação em datas comemorativas, como o Dia Internacional da Mulher, nas mobilizações contra a discriminação racial, em defesa da luta antimanicomial e na elaboração de nota de apoio aos movimentos de greve da classe trabalhadora e ao movimento Ocupa Estelita.

Administrativo-Financeiro A comissão vem gerenciando o processo administrativo-financeiro do Conselho, adotando medidas políticas e estratégicas que mantêm a sua capacidade de arrecadação. Em 2015, a comissão comemorou a redução em 19% do número de inadimplentes no pagamento da anuidade do Conselho.

Para este ano, o CRESS prepara a realização do concurso público destinado ao provimento de vagas e formação de cadastro de reserva de profissionais nos níveis fundamental, médio e superior, para atuação na sede do Conselho, no Recife. Além disso, já está em execução o projeto de criação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) para o Conselho, uma deliberação política da gestão.

No campo jurídico, o CRESS-PE encaminhou diversas notificações extrajudiciais para fins de regularizar a carga horária de 30 horas semanais para assistente



Seminário 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente promovido pelo CRESS/PE em Garanhuns

social em concursos públicos e seleções simplificadas. O CRESS-PE vem empreendendo esforços pela garantia do pleno exercício profissional do/a assistente social, conforme a lei de regulamentação.

Fiscalização A Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) deu continuidade às ações de fiscalização no interior, sendo realizadas visitas aos municípios do Agreste Central, Agreste Meridional, Sertão do São Francisco, Sertão do Pajeú, Mata Sul, Recife e Região Metropolitana.

O CRESS realizou contato com as unidades de ensino superior (UES). O objetivo foi traçar ações importantes para formação profissional, mas que impactam diretamente no exercício profissional, a exemplo da supervisão de estágio e a regularidade do/a profissional assistente social supervisor/a de campo e acadêmico.

Dentre as atividades de orientação sobre o exercício profissional, destacou-se também a realização de 25 reuniões de novos/as inscritos/as, com a participação de 655 recém-inscritos/as. Foram realizados mais de 400 atendimentos, por e-mail, telefone ou presenciais.

Ética A atuação da Comissão Permanente de Ética não se resume à análise de denúncias éticas, voltando-se também à discussão dos direitos humanos, em consonância com o projeto ético-político profissional.

No ano passado, a comissão realizou o curso *Ética em Movimento*, ministrado pela conselheira Valdenice Raimundo, e que foi voltado ao conjunto de conselheiras e assistentes sociais da base que compõem as comissões temáticas do CRESS e que representam o conselho em espaços de controle social. Para 2016, a perspectiva é de realização de nova edição do curso.

Comunicação As ações desenvolvidas pelo CRESS-PE no âmbito da Comissão e da as-

sessoria de comunicação vêm utilizando os diversos instrumentos adotados para a divulgação da atuação institucional.

Destacam-se o boletim informativo semanal (que trouxe várias reportagens de cunho educativo-pedagógico); a divulgação em redes sociais (Facebook e Twitter) e no site oficial do Conselho, no qual estão disponíveis as principais notícias, serviços, legislação. A novidade no site foi a implantação do espaço da transparência, com finalidade de garantia do controle social, em uma efetivação da participação na gestão pública por sua categoria profissional e sociedade em geral.

O CRESS-PE participou da construção da nova Política de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS, representando a Região Nordeste.

Para o ano de 2016, o Conselho planejou diversas ações para ampliação da comunicação. Entre as quais, o desencadeamento de ações da campanha "Serviço Social: 80 anos no Brasil", destacando a memória do Serviço Social em Pernambuco; a criação da nova identidade visual e do novo site do CRESS; a realização do primeiro Seminário Regional de Comunicação e a participação em espaços de lutas políticas em defesa do fortalecimento da democratização da comunicação em Pernambuco.

Eventos O CRESS realizou, em maio de 2015, uma série de eventos no Recife e interior do estado, para celebrar o Dia do/a Assistente Social. A campanha foi levada aos municípios de Garanhuns, Petrolina, Serra Talhada e Escada, dentro da proposta de interiorização dos debates.

O ano de 2016 será marcado pela realização do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em Olinda entre os dias 5 e 9 de setembro. Trata-se do maior congresso da categoria profissional. O CRESS-PE vem participando da comissão organizadora do evento.

Foto: Paulo Lago/CRESS-PE

CRESS-RN

CRESS-RN destaca suas ações na celebração dos 80 anos de Serviço Social

O ano de 2016 não é apenas de comemoração; é um ano para se relembrar as lutas, as conquistas e os desafios desta profissão que completa 80 anos em um país perpassado por desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.

O Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Norte (CRESS-RN) reconhece a necessidade de prezar pelos registros deste Regional, primando pela história do Serviço Social e dos/as profissionais que contribuíram para o fortalecimento da categoria no estado.

A partir do plano de metas 2016, a diretoria do CRESS, junto à Coordenação da Seccional Mossoró, está em processo de (re)organização do arquivo físico e da biblioteca do CRESS, de modo a preservar o seu acervo documental e manter viva sua memória.

Ademais, com o objetivo de socializar conhecimentos e produções do Conjunto CFESS-CRESS, para fins de pesquisa, o Regional já está disponibilizando o acervo de conferências, encontros e outros eventos para estudantes e pesquisadores/as que tiverem interesse.

Comissão Permanente de Ética Visando ao fortalecimento da Política de Educação Permanente, a Comissão Permanente de Ética realizará, a partir de maio, mais uma edição do curso *Ética em Movimento*, para assistentes sociais supervisores/as de estágio. O curso de multiplicação objetiva o fortalecimento do debate acerca da ética, bem como dos princípios ético-políticos que norteiam o exercício profissional do/a assistente social, a fim de possibilitar a defesa e consolidação do projeto ético-

co-político nos diversos espaços sócio-ocupacionais onde se inserem estes/as profissionais.

Comissão de Comunicação Em respeito à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), aos princípios que regem a Administração Pública, e ao compromisso ético-político com a categoria de assistentes sociais e com a sociedade civil, o CRESS-RN lançou em 2016 um novo site.

A acessibilidade é o ponto chave da nova proposta, o que proporciona às pessoas com deficiências auditivas e/ou visuais o acesso às informações adequadas às suas necessidades. Segundo Daniella Cruz, membro da Comissão de Comunicação, “trazer, para as nossas mídias, importantes ferramentas de diálogo com a categoria, a concretização do que discutimos no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS e para além desse, é vital para gestões comprometidas com a democratização da comunicação no país”.

Comissão de Fiscalização

Para 2016, a Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) ressalta a manutenção das visitas às universidades, de dicas de leitura (postadas semanalmente nas mídias do CRESS) e das reuniões de entrega de carteira com os/as novos/as profissionais inscritos/as.

Também estão previstas, em consonância com a Política Nacional de Fiscalização (PNF) do Conjunto, visitas de fiscalização aos seguintes municípios: Angicos, Currais Novos, Florânia, Goianinha, Governador Dix-Sept Rosado, Guamaré, João Câmara, Jucurutu, Lages do Cabugi, Lagoa Nova, Mossoró, Região Metropolitana de Natal, Riachuelo, Santa Cruz e Tangará.

ANOTE O CALENDÁRIO DE EVENTOS DO CRESS-RN >> Cine CRESS (4 de junho, 6 de agosto e 8 de outubro) >> CRESS Debate (30 de setembro)



Assistentes sociais, estudantes de Serviço Social e docentes nas ruas em defesa dos direitos!

CRESS-BA

CRESS-BA intensifica ações de formação junto à categoria

O CRESS-BA tem sua história marcada pela construção e luta em defesa da efetivação do projeto ético-político profissional e pelo aprofundamento e respeito à democracia.



Atividade no CRESS-BA

Compreendendo a importância do fortalecimento das bandeiras de lutas históricas do Serviço Social, no âmbito do exercício profissional de cada assistente social, a gestão *Quem Vem Com Tudo Não Cansa*, aposta nas ações de formação, debate e ações públicas com papel mobilizador e que atinjam profissionais em todo o estado.

Ao longo do último ano, o avanço das forças conservadoras e neoliberais atingiu duramente a classe trabalhadora. Foram ataques à educação pública, às políticas sociais, ao Sistema Único de Saúde (SUS). O trabalho foi ameaçado com a PL da terceirização, as mulheres vivenciaram novos ataques aos seus corpos, como o PL 5069/2013 que modifica a Lei de Atendimento às vítimas de violência sexual. As ações racistas e genocidas da Polícia Militar, durante todo o ano, explicitam as contradições de um Estado que atua em defesa dos interesses da burguesia interna em detrimento ao bem estar do povo.

No contraponto e na resistência o CRESS-BA convocou assistentes sociais de todo o estado para mobilização e formação. As atividades nas comissões de trabalho (Direito à Cidade, Gênero e Raça, Educação, Interiorização, Previdência, Saúde, Sociojurídica e Assistência Social) foram intensificadas por meio de rodas de conversa, cine debates, discussões, etc. Nesse Período a comissão de Educação realizou o Encontro Regional de Serviço Social na Educação e a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), em articulação com o Setor de Fiscalização, realizou o seminário de Serviço Social e Sigilo Profissional. A realização dos cursos *Ética em Movimento* na capital e no interior tem atingido diversos profissionais.

A entidade também atua junto aos conselhos municipais e estaduais, conferências, sempre pautando as necessidades de qualidade de trabalho e garantia de direitos tanto para a categoria e população usuária. A gestão levou o CRESS às ruas em defesa da saúde pública e contra o genocídio do povo negro e contra a redução da maioridade penal. A fiscalização e a interiorização das ações são pontos importantes para a entidade que segue atuando na capital e no interior.

Reafirmamos que o fortalecimento do projeto ético-político profissional se dá no fazer cotidiano da categoria. Cada Assistente Social pode e deve ter enquanto ação política, um exercício profissional pautado na ética, no respeito aos/as usuários/as e na superação do racismo, machismo, homofobia e qualquer tipo de preconceito.

Ações políticas e de defesa da categoria engajam assistentes sociais no Maranhão

Em 2015 e início de 2016, o **Conselho Regional de Serviço Social do Maranhão (GRESS-MA)**, gestão *Tocando em Frente*, realizou, apoiou e participou de ações que fortaleceram e potencializaram a produção e a socialização de assistentes sociais no estado, além de publicizar o projeto ético-político profissional e a gestão democrática e transparente do Conjunto CFESS-CRESS.

Nessa perspectiva, durante o mês de maio de 2015, na semana de comemoração da profissão de Serviço Social, foram realizados o 36º Encontro de Assistentes Sociais do Maranhão e, em conjunto com o Sindicato de Assistentes Sociais do Estado do Maranhão (Sasema), os atos públicos nas cidades de São Luís e Imperatriz. Os atos aconteceram com o objetivo de reivindicar piso salarial (projeto de lei nº 5278/2009), realizar concursos públicos, melhorar as condições de trabalho e políticas públicas no Maranhão e provocar a criação de uma lei que garanta a inserção de assistentes sociais nas escolas.

Durante o ato em São Luís, foi entregue uma carta ao governador do estado, Flávio Dino, que registrava as pautas das reivindicações propostas nos dois atos e mais a criação de uma mesa para negociação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e a nomeação dos/as concursados/as no Tribunal de Justiça do Maranhão.

Ainda no primeiro semestre de 2015, o GRESS-MA promoveu o curso *Ética em Movimento*, na cidade de Pinheiro. O curso foi fundamental para contribuir com a qualificação dos/as profissionais e, também, descentralizar as ações e promover a maior participação de assistentes sociais que atuam no norte do estado.

Em julho, o GRESS-MA promoveu a mesa de diálogo sobre a maioria penal, com o intuito de dialogar com assistentes sociais sobre as propostas que tramitam no Legislativo, além de potencializar os debates e reflexões sobre o tema. O evento foi, também, uma oportunidade de reafirmar o posicionamento contrário do Conjunto sobre a redução da maioria penal.

Sob o entendimento de uma concepção ampliada de Seguridade Social, o GRESS realizou, no segundo semestre de 2015, o 1º Seminário Maranhense de Serviço Social e Seguridade Social, no qual foram abordados temas como educação, saúde, previdência social e assistência social. O seminário foi preparatório para o 5º Encontro nacional.

No que tange à fiscalização, em 2015, o Conselho direcionou os seus trabalhos às áreas de empresas e educação, realizando 287 visitas em 41 instituições. O trabalho culminou com a realização de seminários que pautaram a temática do Serviço Social nas empresas e o Serviço Social na educação. Ambos tiveram o objetivo de informar e discutir temas relacionados sobre a realidade dos/as profissionais que atuam nessas áreas.

A gestão *Tocando em Frente* tem realizado intensas articulações com o intuito de defender a qualidade da formação. Em 2015, aconteceram reuniões com a Coordenação Regional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) para articular o Fórum Regional de Supervisão de Estágio.

Com ações voltadas para a defesa dos direitos humanos, em janeiro de 2016, o Conselho participou da realização da Semana da Diversidade Trans. O evento ficou marcado em São Luís pelo número significativo de participantes interessados/as em discutir temas como saúde, educação e mercado de trabalho para a população LGBT do estado. Durante a semana, o GRESS-MA ressaltou a bandeira de luta do Conjunto CFESS-CRESS, que diz respeito a uma construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos e todas.

Em janeiro de 2016, o GRESS-MA participou da organização do colóquio que comemorou os 50 anos do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina. Nele, ocorreu o encontro de gerações diferentes de assistentes sociais que expuseram a memória da opção da categoria por um Serviço Social aliado a um projeto societário de defesa da classe trabalhadora.



Foto: André Souza / GRESS-MA

36º Encontro de Assistentes Sociais do Maranhão, em 2015

GRESS-SE

GRESS Sergipe: Ousar, lutar, avançar

O crescimento do conservadorismo, ameaças diretas aos direitos dos/as trabalhadores/as, precarização dos serviços públicos e esvaziamento das políticas sociais são resultado da crise estrutural do capital, que traz uma série de rebatimentos no cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras e no exercício profissional de assistentes sociais.

Neste cenário, o **Conselho Regional de Serviço Social de Sergipe (GRESS-SE)** vem fortalecendo seu papel de aglutinador dos/as assistentes sociais em torno de pautas que refletem as necessidades cotidianas da categoria sem, contudo, se desvincular das lutas da classe trabalhadora.

Na rua para lutar! Em setembro de 2015, centenas de assistentes sociais tomaram as ruas da capital sergipana, para marchar contra o esvaziamento das políticas sociais, num ato histórico que

marcou o Dia Estadual de Lutas em Defesa da Profissão de Serviço Social e das Políticas Públicas. Muito representativo, o ato reuniu profissionais de todas as regiões do estado e dos mais diversos segmentos de atuação. Também participaram do ato entidades sindicais e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A iniciativa foi do GRESS-SE, com o apoio do Sindicato dos Assistentes Sociais de Sergipe (Sindasse).

Defesa da profissão No tocante à defesa das condições éticas e técnicas de trabalho, o GRESS-SE tem atuado com afinco, ampliando o número de visitas de orientação e fiscalização e expandindo-as para o interior do estado. O conselho também vem fazendo importantes mediações entre a categoria e os órgãos públicos, no sentido de cobrar melhores condições de trabalho, diálogo que tem trazido avanços

CRESS Ceará intensifica fiscalização, para denunciar cursos de extensão

A Comissão de Orientação e Fiscalização do **Conselho Regional de Serviço Social do Ceará** (Cofi/CRESS-CE), ao longo de 2015, recebeu diversas denúncias sobre cursos de Serviço Social sem autorização do Ministério da Educação (MEC) sendo abertos em diversas cidades do estado. Ao apurar os fatos inicialmente, percebeu-se que, na realidade, se tratava de supostos convênios entre faculdades/universidades e institutos de formação, centros de formação, escolas públicas e privadas, com o objetivo de ofertar cursos de extensão universitária em Serviço Social, com propagandas que induziam os/as participantes a acreditarem que se tratava de cursos de graduação, uma vez sendo informado aos/as participantes que, ao final do curso, uma instituição de ensino superior emitiria o diploma de graduação.

O Conselho Nacional de Educação, no parecer nº 356/2009, é pacífico quando resolve que não pode haver aproveitamento acadêmico de disciplinas em cursos de níveis diferentes.

Com o material em mãos acerca das supostas ilicitudes, encaminhou-se a denúncia ao Ministério Público Federal para providências com relação ao modo de atuação das instituições que oferecem esses cursos, em vários municípios.

O CFESS vem definindo procedimentos para fornecer suporte aos Regionais nos quais estas situações ocorrem, de forma a fundamentar a resposta da comissão de inscrição aos requerimentos dos registros.

A respeito das/os profissionais de Serviço Social envolvidas/os com a condução desses cursos, cabe a leitura dos artigos 4º e 8º do Código de Ética do/a Assistente Social, em que as/os mesmas/os estão passíveis de penalidades decorrentes de tais práticas.

A gestão *Só a luta faz valer!* convoca todas/os as/os assistentes sociais a socializar estas informações e a contribuir com o CRESS-CE, para barrar esta forma de precarização e desvalorização profissional.

Neste ano em que o Serviço Social brasileiro comemora 80 anos, é preciso estar em alerta, reforçar a posição contra a mercantilização da formação e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população. Sempre defender e reafirmar o projeto ético-político construído coletivamente.

Ações de interiorização da Cofi Municípios inseridos no itinerário de visitas da Cofi, no ano de 2015: Fortaleza, Maranguape, Fortim, Aquiraz, Beberibe, Itapajé, Caucaia, Crateús, Hidrolândia, Mombaça e Chorozinho.

Os números comprovam ainda o empenho da comissão: 183 visitas, 173 equipamentos visitados, 234 profissionais abordados/os, além da constatação de seis situações de exercício profissional sem registro do CRESS.

Dados da Comissão de Inscrição

Em 2015, foram realizadas 992 inscrições e 214 cancelamentos, 28 reuniões de entrega de carteira, em que 1.280 profissionais receberam o documento no Ceará.



Ações do CRESS reafirmam o compromisso com o serviço prestado à população

Concurso Público: a luta continua! Na atual conjuntura, em que diversas formas precarizadas de contratação estão generalizadas, o CRESS-CE tem aprofundado a articulação com entidades e movimentos representativos dos/das trabalhadores/as, para continuar a luta por concurso público como um dos pontos fundamentais para melhorar a qualidade do atendimento à população, pois só a luta faz valer!

PRINCIPAIS ATIVIDADES 2015/2016 COM A PRESENÇA DO CRESS-CE

- >> Multiplicação do Curso Ética em Movimento >> Fórum de Estágio Supervisionado (maio e novembro) >> 7ª Conferência Estadual de Saúde do Ceará >> 4ª Conferência Estadual dos Direitos do Idoso >> 11ª Conferência Estadual de Assistência Social >> 2º Seminário Estadual de Serviço Social na Educação >> 2ª Conferência Municipal de Habitação >> Conferências Livres de Direitos Humanos: Saúde Mental e Sistema Penitenciário e Alternativas Penais

significativos para o fazer profissional dos/as assistentes sociais em Sergipe.

Dois exemplos emblemáticos foram as audiências realizadas entre CRESS-SE e o secretário municipal de Saúde de Aracaju, Luciano Paes, em outubro de 2015, e com a presidência do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) em novembro de 2015, entre outros.

Defesa das políticas públicas e do Suas

O CRESS-SE, o Sindasse, o Conselho Regional de Psicologia (CRP) e o Sindicato dos Psicólogos de Sergipe (Sindipsi), além de trabalhadores/as de nível médio e de instituições prestadoras de serviço que atuam no Sistema Único de Assistência Social (Suas), instituíram, em fevereiro de 2016, o Fórum Municipal de Trabalhadores do Suas

(FMTSUAS), espaço plural e permanente de discussão e intervenção política em defesa das políticas sociais no município de Aracaju. A proposta é que a organização encoraje outros municípios a criarem novos fóruns, bem com estimule a instituição de um fórum estadual com a mesma finalidade.

Ainda no sentido de lutar contra o esvaziamento das políticas, o CRESS-SE está discutindo e operacionalizando a criação do Fórum Estadual de Políticas Sociais. A proposta é debater as condições das políticas sociais em Sergipe, promover ações de luta em defesa do seu fortalecimento e discutir o exercício profissional no âmbito destas políticas.

Em defesa de todos os trabalhadores e trabalhadoras Por compreender

a necessidade de contribuir com a organização da classe trabalhadora para enfrentar o avanço do conservadorismo, o CRESS-SE tem acompanhado e apoiado as lutas dos principais sindicatos de Sergipe. Exercendo sua solidariedade de classe, o Regional se posicionou publicamente e prestou seu apoio a greves deflagradas por diversas categorias: assistentes sociais, professores/as da rede pública estadual, trabalhadores/as do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), servidores/as de diversos municípios sergipanos e do estado de Sergipe, além de técnicos/as administrativos/as em educação da Universidade Federal de Sergipe e do Instituto Federal de Sergipe.

CRESS-AM faz balanço de ações da gestão

A gestão *Ajuri da Mudança*, do **Conselho Regional de Serviço Social do Amazonas (CRESS-AM/RR)**, tem buscado desenvolver suas ações para cumprir a agenda política e administrativa proposta no Encontro Nacional CFESS-CRESS.

Um dos focos da gestão tem sido trabalhar no fortalecimento das comissões, de forma que estas possam aproximar o CRESS da categoria, pois, apesar da visibilidade e credibilidade observada nos últimos dois anos, ainda percebemos o sentimento de não pertencimento dos/as profissionais.

A Comissão de Fiscalização (Cofi) tem intensificado as visitas, alcançando os municípios de Manacapuru, Careiro da Várzea, Presidente Figueiredo e Parintins. Com isso, observa-se um salto significativo no número de instituições visitadas. Além disso, a Cofi tem buscado analisar os editais de concurso e seleção na área de Serviço Social, de forma a intervir, quando necessário, no que se refere à adequação dos editais, especialmente referente à carga horária.

A Comissão de Registro e Inscrição (CRI) tem procurado atender os/as profissionais

para sanar dúvidas, principalmente relacionadas ao cancelamento. Pois o número de inscrições continua intenso, porém também tem crescido o número de cancelamentos.

O trabalho da Comissão de Inadimplência, em parceria com a Comissão Administrativo-Financeira busca atender à necessidade de recuperar a saúde financeira do CRESS, que teve significativos impactos no contexto da crise nacional. A gestão continua priorizando as “ações educativas de esclarecimento e convencimento da necessidade de o profissional se manter adimplente e em condições legais para o exercício profissional”, para só então instaurar processo disciplinar e a cobrança judicial.

A Comissão Administrativo-Financeira desenvolveu ações de acompanhamento e monitoramento das atividades administrativas, relativos à Gestão do Trabalho, com a criação de Comissão para tratar do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos/as servidores/as e do patrimônio do CRESS, relativos a limpeza e conservação de imóveis.

Já a Comissão de Seguridade Social

(CSS) tem consolidado proposta metodológica que articula a implementação das deliberações do Conjunto CFESS-CRESS às demandas e particularidades do Serviço Social no Amazonas, a partir da aproximação e construção de um diálogo com os/as assistentes so-

ciais. A CSS tem contribuído com a gestão do CRESS-AM, por meio de estudos, debates, proposições e ações que promovam reflexões junto à categoria e acadêmicos de Serviço Social, sobre as políticas públicas de seguridade social e a atuação profissional. Metodologicamente, tem estruturado sua intervenção a partir de três eixos articulados entre si: 1) formação: aprofundamento e debate sobre as políticas públicas e as estratégias e enfrentamentos do/a assistente social neste contexto; 2) participação: estratégias que têm garantido a construção coletiva do trabalho da CSS; 3) articulação: garantia de espaços de troca de experiência profissional e inserção em espaços de representação nas políticas públicas.

A partir desses eixos, o trabalho tem se organizado a partir de: *Encontros de Assistentes Sociais*: realizados por área de atuação (saúde, assistência, previdência), possibilitando maior aproximação e diálogo entre os/as profissionais que atuam na mesma área da política pública, potencializando a troca de experiência e o debate sobre os limites, avanços e desafios profissionais; *Capacitações em Seguridade Social*: constituíram-se em espaços de reflexão sobre as políticas públicas a partir de uma dinâmica interação entre teoria e prática de profissionais e docentes que atuam na seguridade social. Membros da comissão representam o CRESS AM/RR nos espaços de controle social e fóruns de políticas públicas, configurando-se como inserção política do CRESS nestes espaços, no sentido de fortalecer, dinamizar e potencializar a influência da categoria na estruturação, avaliação e condução das políticas públicas.



Foto: acervo CRESS-AM

Encontros e capacitações de assistentes sociais da Seguridade Social no Amazonas

SECCIONAL RORAIMA (CRESS-AM)

Seccional Roraima busca aproximação com a categoria no estado

A gestão da **Seccional Roraima do Conselho Regional de Serviço Social do Amazonas (CRESS-AM/RR)**, intitulada *Socializar Conhecimento para Romper com o Pragmatismo*, teve um ano intenso de atividades voltadas à aproximação com a base, transparência e gestão democrática, ampla participação em ações junto à comunidade local, lutas e posicionamentos em defesa do projeto ético-político profissional, especialmente para assistentes sociais que atuam no estado.

Este segundo ano de gestão foi marcado por investimentos junto à Seccional de Roraima: estruturais, como forma de assegurar qualidade na oferta dos serviços aos/as profissionais; divulgação das ações realizadas; participação efetiva em espaços deliberativos por meio dos membros de base que compõem os conselhos de direitos, criação de comissões e grupos de trabalho (GT), fortalecimento da organização da categoria e planejamento para

um futuro breve, visando à emancipação para um Conselho Regional.

A Seccional Roraima se dedicou intensiva e cotidianamente à defesa dos preceitos do projeto ético-político profissional, voltados à construção de uma realidade diferente para a entidade e, com muita ousadia, se planeja para sua emancipação político-administrativa.

Desta forma, registra-se mais um período histórico para o Serviço Social em Roraima, que tem como significado um convite a todos/as os/as profissionais e à sociedade, para que se empenhem na luta em defesa dos compromissos com a liberdade, a emancipação humana e com a democracia.

Formação profissional Como proposta para o mandato de 2014-2017, foi estabelecido como meta aprofundar as discussões com a categoria sobre as novas configurações do mercado de trabalho para o/a assistente

CRESS-RO se reúne com direção do Ifro para implantação do curso de Serviço Social

Em agosto de 2015, o **Conselho Regional de Serviço Social de Rondônia (CRESS-RO)** realizou uma reunião com o diretor geral pro-tempore do Instituto Federal de Rondônia (Ifro) – campus Vilhena, professor Renato Delmonico. Na ocasião estiveram presentes o vice-presidente do CRESS, Rafael Reis e a conselheira Liduína Girão.

Um dos pontos de pauta foi a implantação do curso de graduação em Serviço Social. O conselheiro do CRESS-RO fez uma breve explanação sobre as lutas e conquistas da profissão no estado. Rafael também apresentou como plano piloto o curso de graduação em Serviço Social já existente e em funcionamento no Instituto Federal do Ceará, campus Iguatu. “Com base neste projeto já concretizado, o Conjunto CFESS-CRESS articula, com os institutos federais, a possível abertura de novos cursos de graduação em Serviço Social” comenta o conselheiro, que também é membro do GT Trabalho e Formação Profissional.

A conselheira Liduína Girão falou sobre a importância da graduação pública e gratuita para a região de Vilhena. O diretor do Ifro, Renato Delmonico, informou que, para a abertura do curso de Serviço Social, é necessária a realização de um levantamento institucional, principalmente em relação aos/as docentes, e que tal parceria com o CRESS-RO pode concretizar, em breve, a abertura de pós-graduação em Serviço Social.

Como encaminhamento da reunião, definiu-se que a gestão do CRESS-RO retornará ao campus para elaborar o projeto do curso de pós-graduação.

Mais cursos em Rondônia Já em setembro de 2015, a diretoria do CRESS-RO reuniu-se com a reitora da Universidade Federal de Rondônia (Unir), Berenice Alho Tourinho, para análise da proposta de implantação do curso de Serviço Social na instituição.

A reitora, que tem formação em Serviço Social, informou que a solicitação do CRESS pode sim ser concretizada, desde que sejam seguidos os trâmites exigidos.

Luta pelas 30 horas Outra luta encampada pelo CRESS-RO foi o efetivo cumprimento da Lei nº 12.317/2010, que estabeleceu a jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução salarial para assistente sociais. No dia 23 de abril de 2015, no palácio do governo, integrantes da diretoria do CRESS, junto com assistentes sociais da base, tanto do interior quanto da capital, se reuniram com representantes do governo e do legislativo estadual para tratar do cumprimento da lei no estado.

Participaram da reunião os/as assistentes sociais que atuam nas políticas públicas de saúde e de assistência social e do campo sociojurídico (Tribunal de Justiça e Ministério Público). Com relação ao corpo governamental e Legislativo, participaram o assessor do governador, a secretária de Estado de Assistência Social, a Procuradoria-geral do estado (PGE) e o deputado Ribamar Araújo.

Mais uma vez, o presidente do CRESS-RO, Carlos Henrique Sousa, pontuou a necessidade de regulamentação da lei das 30 horas em Rondônia, já que é um direito conquistado pelo Serviço Social. Reafirmou

que essa reivindicação, antiga, é dos/as 1.500 assistentes sociais e quase 2.000 discentes dos cursos de Serviço Social ofertados pelas instituições de ensino superior (IES) à distância e presenciais no estado.

“Nesse momento, a emergência posta pelos/as assistentes sociais e acadêmicos/as de Serviço Social do estado para o colegiado de classe, e que está sendo cobrado do Executivo estadual, é a efetivação da lei das 30 horas. Entretanto, também temos outras reivindicações para serem negociadas: ampliação de concursos públicos, piso salarial, entre outros. Mas, uma bandeira de cada vez”, afirmou o presidente do CRESS-RO.

Segundo os representantes do governo, já existia um documento encaminhado pelo deputado Ribamar Araújo, que estava em tramitação desde 2013, tratando da matéria. Esse documento passou pela análise da assessoria jurídica e demais setores das instituições do estado, para verificar a possibilidade da aplicação da lei. Segundo o grupo, o que falta para a aprovação ou não da reivindicação é um “estudo de impacto” mais detalhado. Para isso, será necessário ter o número de todos/as os/as profissionais de Serviço Social efetivos/as lotados/as e atuando nas secretarias e equipamentos sociais do governo do estado.

Para agilizar o processo, o CRESS também se prontificou a apoiar no levantamento desses/as profissionais, mas ressaltou que a maioria deles/as são contratados/as por meio de portarias e/ou cargos em comissão. Por isso, a necessidade da ampliação de concursos públicos no âmbito estado.

social e fortalecer as estratégias de luta para o reconhecimento profissional nos espaços sócio-ocupacionais, esclarecendo quanto às competências e atribuições privativas de assistentes sociais.

Nesse sentido, no dia 15 de outubro de 2015, a Seccional Roraima realizou o workshop com o tema *A Ofensiva Conservadora no Rebatimento do Exercício Profissional do Assistente Social*, tendo como palestrante a professora Yolanda Guerra, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O evento contou com a participação de 180 profissionais e estudantes.

A gestão da Seccional ressalta que o evento representou uma grande oportunidade para discussão da categoria sobre o exercício profissional diante da ofensiva neoconservadora, com rebatimento no cotidiano profissional, bem como nas políticas públicas.

Também uma das propostas da diretoria, estabeleceu-se como meta a promoção da capacitação continuada dos/as conselheiros/as e demais profissionais de base, articulando com as entidades públicas e/ou privadas, para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social.

Assim, como complemento do workshop, a Seccional Roraima realizou um curso de capacitação para 25 profissionais com a temática *O agir profissional balizado nos instrumentos técnicos e operativos do Serviço Social*, ministrado pela assistente social Janaine Voltolini. O curso possibilitou uma ação voltada ao processo de formação, debate e aprimoramento da questão da instrumentalidade, configurando assim um momento ímpar para a categoria no estado.

OUTRAS AÇÕES >> Curso Ética em Movimento em Roraima >> Participação nos conselhos de direitos e políticas públicas >> Reuniões com os segmentos de base e com organizações profissionais e da sociedade civil >> Pesquisa Seminário Nacional Serviço Social, Relações Fronteiriças e Fluxos Migratórios >> Participação nas conferências municipais e estadual de políticas públicas >> Reuniões com o sindicato e profissionais de base, para discussões e encaminhamentos sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do estado de Roraima.

Foto: acervo Seccional Roraima



Workshop com a professora Yolanda Guerra reuniu 180 pessoas

CRESS-AP na luta pelo fortalecimento dos movimentos em direitos humanos

No segundo semestre de 2015, o CRESS da 24ª Região (Amapá) participou de vários eventos voltados para o fortalecimento dos movimentos em direitos humanos. Em julho, o Amapá sediou a Caravana de Educação em Direitos Humanos, com a participação de integrantes do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e movimentos locais. Na ocasião, foram realizadas rodadas de conversa e uma plenária com as entidades dos diversos segmentos, para avaliar a conjuntura política local e as possibilidades de avanço dos movimentos, principalmente no enfrentamento das violações de direitos humanos ocorridas contra a população amapaense.

Em novembro foi realizada uma Formação de defensores em Direitos Humanos, constituída de uma oficina e uma audiência pública. Os representantes dos segmentos LGBT, Mulheres, Negros/as, Trabalhadores/as do Campo, Crianças e Adolescentes, Movimentos de Religiões de Matriz Africana, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, Indígenas, Pastoral Carcerária, além de outros movimentos, marcaram presença na programação.

O CRESS esteve em todos os eventos, reafirmando o seu compromisso ético-político com a classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, colaborando com a organização e mantendo uma estreita relação com os movimentos sociais do Amapá. A realização dos eventos possibilitou a elaboração de uma agenda política que resulte no fortalecimento dos movimentos na defesa de uma sociedade tolerante e que respeite os direitos de todos e todas as pessoas.

Orientação e fiscalização Geograficamente, o estado do Amapá está localizado no extremo Norte do Brasil, dispondo de uma área territorial com 142.828,52 km², e com população estimada em 766.679 mil habitantes, divididos nos 16 municípios (IBGE/2015).

Segundo o presidente do CRESS-AP, Ronnye Silva, “os estados da Região Norte possuem suas particularidades. No Ama-

pá, especificamente, convivemos com algumas dificuldades para o desenvolvimento das atividades precípuas do CRESS, principalmente em relação à orientação, fiscalização e apuração de denúncias”. Ele apontou pelo menos duas razões: “a primeira se dá pelo processo de isolamento que muitos municípios sofrem no período chuvoso. A segunda está relacionada ao índice de inadimplência dos/as profissionais, que representa 47,41%. Isso dificulta o desenvolvimento das nossas ações”, concluiu o Presidente.

A anuidade é um tributo compulsório e principal receita do CRESS e, conforme estabelece o artigo 13 da Lei nº 8.662/93, “a inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os assistentes sociais ao pagamento das atribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidas em regulamentação baixada pelo Conselho Federal, em deliberação conjunta com o CRESS”. A Comissão de Inadimplência e a assessoria jurídica fazem uso de todos os procedimentos previstos nos regulamentos, que vai do administrativo, extrajudicial e, por fim, o judicial, diante da inadimplência de profissionais junto ao Conselho.

Com a aprovação do Projeto Cofi-AP: Fortalecendo o Projeto ético-político” pela Comissão Gestora do Fundo Nacional de Apoio aos CRESS, Seccionais de base estadual e CFESS, foi possível acessar o recurso do Fundo de Apoio, no valor de R\$ 50.389,00. O referido projeto tem como principal objetivo a intensificação da política de fiscalização e orientação do exercício profissional no Amapá. Atendendo aos regulamentos internos e à lei de licitações, com início da execução no mês de março de 2016. De acordo com o planejamento, a meta é visitar todos os municípios do estado, intercalado com a capital (Macapá), até o final do mês de janeiro de 2017.

O CRESS-AP conta com o apoio de todos e todas e deseja que o dia 15 de maio seja intenso de reflexões para as projeções futuras, e de festa pelas conquistas profissionais alcançadas.

CRESS-TO completa oito anos de conquistas e desafios

No ano em que se comemoram os 80 anos do Serviço Social no Brasil, o Conselho Regional de Serviço Social do Tocantins (CRESS-TO) completa oito anos. Toda a trajetória do Regional iniciou-se em 1995, quando os/as profissionais já se mobilizavam para discutir a defesa do exercício profissional e as políticas públicas no estado. Em 1998, foi instituído, em Palmas, com diretoria provisória, a Delegacia Seccional de GO/TO, ligada ao CRESS-GO. Já em 5 de janeiro de 2008, o CRESS-TO foi criado e passou a integrar o Conjunto CFESS-CRESS.

Atualmente a gestão *Todos Juntos em Movimento para Fortalecer o Coletivo* vem atuando em defesa da valorização profissional. Diante disso, a entidade compreende que é essencial o fortalecimento da categoria para reivindicar as bandeiras de lutas do Serviço Social. Neste percurso, a diretoria do CRESS tem conquistas e desafios.

Dentre as conquistas, estão o apoio e participações em encontros estudantis, oficinas da Abepss Itinerante. Na Semana do/a Assistente Social em 2015, pela primeira vez, foi realizada de forma descentralizada nas cidades de Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Palmas.

Nessa perspectiva de defender as políticas públicas, em 2015 o CRESS -TO divulgou, com outras entidades, uma nota de repúdio ao fechamento de três Centros de Referência de Assistência Social (Cras) em Palmas. Para dialogar com a situação dos Cras, o Conselho participou de uma audiência pública no Ministério Público Estadual (MPE), com a população e os/as profissionais. Durante a audiência, os/as participantes manifestaram a insatisfação com relação ao fechamento dos três Cras e também relataram a distância que os/as usuários/as percorriam para ter acesso ao serviço em outra região. Foram três Cras fechados, dos 10 existentes na capital.

Fóruns de Estágio Supervisão Para discutir parâmetros para funcionamento dos Fóruns de Supervisão de Estágio na área de Serviço Social, o CRESS, por meio da Comissão de Formação Profissional, realizou a *Reunião Ampliada*, um importante espaço de discussão com estudantes, professores/as e supervisores/as de campo.

Momento Pedagógico Com o objetivo de fortalecer a categoria profissional, em um momento de aprimoramento e esclarecimento de dúvidas, além de dialogar com assistentes sociais de base, o CRESS-TO realizou o *Momento Pedagógico* para a entrega de carteiras de identificação aos/as profissionais tocantinenses que solicitaram o registro profissional. O Conselho entende que é um espaço estratégico de orientação e reafirmação dos princípios e valores do projeto ético-político da profissão. Durante o encontro, os/as assistentes sociais, além de receberem as cédulas e carteiras, conheceram sobre a história dos Conselhos, do Serviço Social, estrutura organizacional, responsabilidade profissional, anuidade, procedimento financeiro, Política Nacional de Fiscalização, Código de Ética e projeto ético-político.

CRESS percorre municípios A fiscalização do exercício profissional é função precípua do Conjunto CFESS-CRESS, o que objetiva o fortalecimento da profissão. Tendo isso em foco, só em 2015, o CRESS-TO por meio da Comissão de Fiscalização (Cofi), percorreu 24 municípios do extremo Norte e Sul do Tocantins e fiscalizou 41 assistentes sociais.

CRESS-PA segue na mobilização e fortalecimento da categoria

O ano de 2016 começou com muita luta e mobilização para os/as assistentes sociais do Pará. Em Belém, o prefeito Zenaldo Coutinho (PSDB) enviou um projeto de lei (PL) para a Câmara Municipal de Belém (CMB), que previa a extinção de diversos cargos de todos os níveis de escolaridade e categorias profissionais da administração pública, além do “congelamento” do número de vagas de profissionais de nível superior, a exemplo dos/as assistentes sociais, em que ele destinou 161 vagas para atender à demanda de todo o município.

A conselheira do CRESS-PA Thaís da Silva ressalta que esse projeto representa um retrocesso na qualidade do serviço público, pois limita a quantidade de recursos humanos, que hoje é uma das principais demandas do município. “O PL na prática significa a terceirização dos serviços oferecidos pela prefeitura, além da limitação do número de profissionais de nível médio e superior. Terceirizar é sinônimo de precarização, visto que impossibilita o/a servidor/a de constituir uma carreira pública”, comenta.

A diretoria do CRESS-PA entende que esse projeto é mais uma manobra, aos

moldes do ajuste fiscal que está sendo implementado pelo governo federal, que vem retirando direitos da classe trabalhadora e beneficiando empresas privadas. Por isso, a atual gestão do CRESS-PA, *Por uma Gestão Democrática e Transparente*, faz um chamado a todos/as, para que permaneçam em alerta, a favor da classe trabalhadora, por nenhum direito a menos!

Fiscalização

Como uma das principais metas da gestão, as visitas de fiscalização e orientação seguem a todo vapor no estado. As agentes fiscais, em parceria com as conselheiras do CRESS-PA, estão em visitas permanentes a hospitais, secretarias, instituições de ensino superior, entre outros.

Seminário de Fronteiras

O Conselho Regional de Serviço Social do Pará vai sediar, entre os dias 6 e 8 de julho, o Seminário Nacional Serviço Social, Relações Fronteiriças e Fluxos Migratórios Internacionais. O evento pretende reunir assistentes sociais, pesquisadores/as, estudantes e afins para debater questões relativas à população migrante e fronteira.

Comissões temáticas As comissões temáticas são espaços para o aprofundamento de temas relacionados às políticas públicas e de questões referentes ao exercício profissional nos diversos campos sócio-ocupacionais de assistentes sociais. No CRESS-PA, as comissões ativas são as de Previdência Social, Saúde, Educação, Assistência Social, Formação Profissional e Sociojurídica. Como resultado da organização da Comissão de Formação Profissional, foi criado em 2015 o 1º Fórum de Estágio Supervisionado em Serviço Social no Pará e também rodas de conversas de outras comissões.

Comunicação

É fundamental que a categoria esteja ciente de todas as ações propostas e implementadas pelo CRESS-PA, que acompanhe os canais de divulgação de ações, eventos, notícias e compartilhamento de assuntos de interesse da categoria. Para uma interação mais direta, curta a página do CRESS-PA no Facebook, no endereço [facebook.com/servicosocialpa](https://www.facebook.com/servicosocialpa) e acesse o nosso site pelo endereço www.cress-pa.org.br.

CRESS-AC segue em busca do fortalecimento da profissão

Em 2013, o estado do Acre passou a ter um **Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-AC)**, que deixando de ser jurisdicionado pela 23ª Região (Rondônia e Acre) e passando a representar a 26ª região.

A autonomia foi um passo importante para o Conselho, que conta agora com o processo de troca de número de registro de profissionais e de expedição das suas respectivas cédulas de identidade profissional. A gestão *Integração: nosso maior desafio!* tem trabalhado para dar maior efetividade e visibilidade à atuação e competência dos/as assistentes sociais no Acre, bem como aos serviços de fiscalização das atividades desenvolvidas por estes/as perante a sociedade.

Em outubro e dezembro de 2015 e em março de 2016, em Rio Branco e Cruzeiro do Sul, ocorreram as três primeiras *Oficinas de Aprimoramento Profissional do CRESS-AC*. São encontros que tiveram como principal finalidade dar maior transparência aos enfoques teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, que marcam a atuação dos/as assistentes so-

ciais. As oficinas são realizadas nos atos de entrega das carteiras aos/novos/as profissionais e têm o objetivo de orientá-los. Os encontros também servem como espaço de discussão dos princípios contidos no Código de Ética da categoria.

Outra ação que conta com o apoio do CRESS-AC é a *Confraternização da Roda*, atividade realizada pela Casa Rosa Mulher, voltada para a socialização dos/as profissionais do Serviço Social e avaliação das atividades desenvolvidas durante o ano de 2015 e início de 2016. O encontro, marcado pela alegria e interação dos membros do CRESS-AC, dentre várias outras atividades, alcançou êxito em seu principal objetivo: promover uma maior – e mais qualificada – interação entre os/as profissionais da área.

Não menos importante foi a reunião com o assessor da Assembleia Legislativa do Estado do Acre (ALEAC), para tratar de pautas de interesse da classe. Como deliberação do encontro, ficou acertado que será encaminhado ao presidente da ALEAC o projeto de lei que visa à aprovação da redução da jornada de trabalho

de 40 horas para 30 horas e o estabelecimento, no âmbito estadual, do piso salarial para a classe.

Além do trabalho realizado em prol da categoria, o Conselho tem a proposta de estabelecer o projeto CRESS-AC: *Eu Faço Parte Dessa História*, para registrar o início e a trajetória do Serviço Social no estado, a partir de relatos das primeiras assistentes sociais da região.

Todas essas ações buscam reafirmar o compromisso do CRESS-AC com a construção de um cenário social e político cada vez mais favorável ao importante trabalho desenvolvido pelos/as assistentes sociais no estado, consolidando, ainda, a atuação da autarquia na fiscalização profissional.

O trabalho do Conselho também pode ser conferido no site da instituição (www.cress-ac.org.br), um dos projetos lançados pela atual gestão com o objetivo de divulgar eventos, cursos, apoio logístico para a exposição de campanhas, notícias e outras informações relevantes sobre as ações desenvolvidas pela entidade e pelos/as profissionais.

GRESS conclui sistematização de dados sobre o Serviço Social nas unidades prisionais do Espírito Santo

A partir da deliberação do Conjunto CFESS-GRESS para intensificar a fiscalização nas unidades prisionais a fim de mapear a existência de equipe multiprofissional, o Conselho Regional de Serviço Social do Espírito Santo (GRESS-ES) realizou, entre 2012 e 2014, um Projeto de Intervenção, com os objetivos de: a) intensificar as ações do GRESS nas unidades prisionais do estado, a fim de subsidiar intervenções da Comissão de Orientação e de Fiscalização do Conselho (Cofi) e demais Comissões de Trabalho do GRESS; b) identificar, no processo de trabalho das/os assistentes sociais lotadas/os em todas as unidades prisionais do estado, as demandas do fazer profissional; c) verificar as condições éticas e técnicas de trabalho das/os assistentes sociais, com base na Resolução CFESS nº 493/2006; d) verificar o cumprimento da portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/2009, em especial do artigo 473, quanto à presença da/o assistente social na equipe mínima de Saúde nos presídios; e) orientar as/os assistentes sociais quanto às normativas da profissão, com ênfase nos aspectos éticos do exercício profissional.

Após diálogo com a Secretária de Justiça do Espírito Santo, a Cofi, em parceria com a Comissão de Ética e Direitos Humanos do GRESS, visitou 33

das 36 unidades prisionais capixabas e aplicou um instrumento de coleta de dados junto às/aos assistentes sociais lotadas/os nesses espaços.

Entre as inúmeras questões identificadas nesse levantamento, vale destacar:

Quadro 1: Embora a execução penal seja responsabilidade do Estado, portanto, sua realização deveria ser feita com servidores/as públicos/as efetivos/as, constatou-se um grande quantitativo de assistentes sociais contratadas/os por meio de cargos comissionados ou designação temporária. Isso evidencia a necessidade de concurso público para os/as profissionais que atuam nessa área.

Quadro 2: Outro dado importante evidenciado pelo levantamento, que possui relação direta com a forma de contratação, é a alta rotatividade das/os profissionais. Isso compromete a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

Quadro 3: Dentre os pontos destacadas pelos/as assistentes sociais entrevistados/as, está a necessidade de mais profissionais e de recursos materiais.

O relatório completo do levantamento será apresentado em breve à categoria capixaba, com o objetivo de buscar estratégias conjuntas para enfrentar as questões identificadas.

Quadro 1

Tempo de serviço	Penal	Saúde Prisional
Menos de 1 ano	17	5
De 1 a 3 anos	28	11
De 4 a 6 anos	2	1
Mais de 7 anos	1	0
Não respondeu	2	0
Total	50	17

Quadro 2

Vínculo empregatício	Penal	Saúde Prisional
Celetista	15	13
Contrato temporário	11	4
Estatutário/a	2	0
Cargo comissionado	19	0
Voluntário/a	0	0
Não respondeu	3	0
Total	50	17

Quadro 3

Principais necessidades	Penal	Saúde prisional
Outras	6%	3%
Infraestrutura	26%	16%
Recursos materiais	22%	32%
Funcionários administrativos	21%	19%
Assistentes sociais	26%	29%
Total	100%	100%

GRESS-ES implanta plano de cargos e salários e realiza concurso público

Entre as ações prioritárias para o ano de 2016, definidas pela gestão do GRESS-ES, Não vou me Adaptar, destacam-se duas de ordem interna.

Uma é a execução do plano de cargos e salários para as/os trabalhadoras/es do Conselho. A Comissão de Gestão do Trabalho do GRESS já está trabalhando nessa ação.

A outra é a realização de concurso público para a contratação de três assistentes administrativos/as e de um/a agente fiscal para o Conselho.

A portaria do GRESS nº 32/2016 criou

uma comissão interna, formada por conselheiras/os e funcionárias/os, responsável por acompanhar a execução do concurso, previsto para acontecer no primeiro semestre de 2016.

“Com essas ações, esperamos suprir a demanda de trabalhadores/as que já existe no Conselho há algum tempo e, conseqüentemente, melhorar ainda mais o atendimento à categoria e à sociedade, com a definição das atribuições, deveres e responsabilidades de cada cargo”, destacou a gestão do GRESS-ES.

Precarização na formação em Serviço Social: “decifra-me ou te devoro”

Arte: Carlos D / CRESS-RJ

O cenário atual desfavorável para os trabalhadores e trabalhadoras, que atinge diversas instituições brasileiras, não é um fenômeno recente. A precarização no ensino superior é apenas uma das frentes desse mosaico.

Para o presidente do **Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ)**, Rodrigo Lima, dois fatores principais ajudam a entender esse processo: o caráter meritocrático do vestibular das universidades públicas e a redução de investimentos públicos no setor. Apesar do crescimento de oferta de vagas nos últimos anos, os programas de acesso à educação superior não acabaram com o fosso classista.

“Existiam explicitamente duas propostas de educação: uma para os segmentos da elite e outra para os trabalhadores e trabalhadoras. Em seguida, houve um processo de 'proletarização' do ensino superior, em que o Serviço Social, por exemplo, passou a incorporar largamente estudantes dessa fração de classe”, analisa.

As universidades públicas sofrem com a questão da redução progressiva do orçamento dos governos federal e estaduais. Ainda de acordo com Rodrigo, isso impacta na formação.

“Quando o governo investe na educação superior privada, ele não democratiza o acesso ao ensino superior. Apenas massifica-se o acesso. Ou seja, amplia numericamente, mas cria uma lógica de regressividade na infraestrutura, como uma menor oferta de quantidade de bolsas. Essas dificuldades terminam rebatendo nas universidades, que pressionam o Conjunto CFESS-CRESS para flexibilizar as suas normativas, com a intenção de nos adequarmos aos moldes clientelistas na educação”, destaca.

Na mesma linha, a assistente social, professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e presidente recém-eleita do Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Eblin Farage, defende a ideia.

“A partir do momento em que a educação deixa de ser compreendida como obrigação do Estado, e quando se identifica que a educação pode ser mais uma mercadoria na lógica do capital, inicia-se um processo de desinvestimento na educação pública superior, que, pouco a pouco, vai precarizando as instituições. A desresponsabilização do Estado, aliada à expansão desordenada e aos constantes cortes de recursos, intensifica o sucateamento da educação pública”, debate.

Ensino à distância Nesse cenário, se inscreve a proliferação das unidades de ensino



no superior que utilizam a modalidade à distância (EaD).

“O problema do EaD não é o ensino em si. É a proposta de graduação em que estudantes não experimentam a vida universitária. Não têm inserção em programas de pesquisa e de extensão, não participam de grupos de debate e não têm a experiência política em centros acadêmicos. Não somos contra estudantes nem contra tutores/as, mas somos contra essa modalidade. Em algumas unidades particulares que oferecem o curso presencial, ainda vemos um esforço em oferecer ao/à discente um ambiente de pesquisa e prática de estágio de qualidade. Porém, precisamos de muito mais”, afirma Rodrigo.

Já Eblin aponta que o EaD é uma forma de diferenciar categorias profissionais, explicitando carreiras de primeiro e de segundo escalão.

“Acredito que, na maior parte dos casos, o EaD é mais uma forma de iludir os/as trabalhadores/as, passando uma falsa impressão de que esse tipo de ensino irá capacitá-los/as de fato. Se a educação de qualidade deixa de ser atribuição exclusiva do Estado, abre-se a possibilidade de tornar a educação mais uma mercadoria a serviço do capital. A venda da educação

encontra, no ensino à distância, uma ótima fonte de lucro”, analisa.

Precisamos falar sobre o exame A escassez de investimento público na educação e o crescimento de cursos de Serviço Social em instituições privadas põem grandes desafios ao Conjunto CFESS-CRESS. Dados da Abepss apontam que a graduação à distância representa atualmente quase 80% das 75 mil matrículas em Serviço Social. A cada nova turma formada, chega ao mercado um número maior de profissionais, que levam sérias defasagens do processo de formação para o exercício profissional.

“O exame de proficiência é muito polêmico, mas precisamos voltar a ter essa conversa. Não se trata de culpabilizar o indivíduo ou 'jogar água no moinho' dos cursinhos preparatórios. Esses são argumentos limitados diante do tamanho do problema. A maciça entrada no mercado de trabalho de assistentes sociais não devidamente qualificados/as irá trazer graves reflexos na qualidade dos serviços prestados por assistentes sociais à população. O que estará em jogo poderá ser a manutenção da hegemonia de nosso projeto ético-político”, reflete Rodrigo.

Notas Técnicas são a nova estratégia de orientação e debate ético-político do CRESS-SP

Recentes intervenções do judiciário federal no Conjunto CFESS-CRESS abriram um novo capítulo acerca da autonomia para normatizar a profissão em assuntos enfrentados pelo Serviço Social brasileiro.

As suspensões judiciais das Resoluções CFESS nº 554/2009 e nº 559/2009 exemplificam esta conjuntura: embora as decisões ainda não sejam sobre o mérito, seus efeitos no âmbito de fiscalização e de responsabilização ética prejudicam o histórico de lutas e avanços na compreensão da atuação do/a assistente social no campo sociojurídico, além de seus desdobramentos em outros espaços sócio-ocupacionais.

Estas e outras questões suscitaram reflexões da direção estadual e de seccionais do **Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS-SP)** sobre novas estratégias e possibilidades para fortalecer a presença do Conselho no cotidiano da categoria, ainda que sem os efeitos normativos e compulsórios que uma resolução do Conselho Federal permitiriam.

A estratégia de construir e difundir *Notas Técnicas* são, portanto, a iniciativa encampada pela gestão *Ampliações: das lutas coletivas à emancipação*, para dar novo fôlego aos enfrentamentos do conservadorismo político.

As notas técnicas são documentos oficiais do Conselho Regional que combinam fundamentação teórico-metodológica com recomendações ético-políticas à categoria.

Durante o primeiro semestre de 2016, o CRESS-SP irá combinar ações políticas e de comunicação para difundir e debater as seguintes notas técnicas:

Uso de metodologias de inquirição de crianças e adolescentes (“escuta especial” ou “depoimento sem dano”) no Sistema de Garantias de Direitos do Estado de São Paulo

Elaborada com o apoio de assistentes sociais do Núcleo do Campo Sociojurídico, visa a atualizar a categoria teórica e politicamente acerca da temática e recomendar medidas que visem a garantir a autonomia profissional na opção pela negação da utilização de tais metodologias. O documento recupera, de forma sintética: o histórico de abordagem pelo Conjunto CFESS-CRESS e os recentes desdobramentos jurídicos da questão.

Opinião técnica com finalidade de subsidiar decisão do Setor de Segurança e Disciplina das Unidades Prisionais, para incluir os/as visitantes no rol de visitas de homens e mulheres presos/as (conhecido como “convalidação de vínculos”)

Também elaborada a partir do Núcleo do Campo Sociojurídico, visa a atualizar a categoria acerca da temática e recomendar medidas que busquem garantir a autonomia profissional na opção pela negação de execução da referida intervenção profissional. O documento ainda recupera o histórico de abordagem do Conjunto CFESS-CRESS no âmbito do Sistema Penal/Prisional.

Instrumentalidade do Serviço Social

O estudo sobre Instrumentalidade do Serviço Social foi subsidiado no Seminário Estadual Instrumentalidade do Serviço Social e por estudo da Cofi, após deliberação do 1º Encontro Estadual da Cofi, em 2015. As discussões foram propostas referentes às requisições do Sistema de Justiça ao Poder Executivo no 43º Encontro Nacional; a partir de demandas registradas na fiscalização do CRESS-SP, bem como ações políticas da Cofi relacionadas aos documentos (prontuários, relatórios, etc) elaborados por assistentes sociais.

Posicionamento preliminar sobre as interfaces do exercício profissional com a função de Mediador e Conciliador de Conflitos no estado de São Paulo, em face das leis federais nº 13105/2015 e 13140/2015; e lei estadual nº 15804/2015

Visa a oferecer subsídios iniciais à categoria, cumprindo parcialmente a deliberação nº 9 do Eixo Orientação e Fiscalização Profissional aprovado no último Encontro Nacional, apresentando breve contextualização teórico-metodológica da relação entre Serviço Social e Mediação de Conflitos, bem como o entendimento preliminar acerca de possíveis rebatimentos legais e normativos ao exercício profissional, que surgem a partir dos dispositivos legais acima citados.

Conheça as notas técnicas no site do CRESS-SP: www.cress-sp.org.br

CRESS-MG

CRESS-MG realiza levantamento inédito para mapear os municípios do estado que já se adequaram à lei das 30 horas

Dos 853 municípios de Minas Gerais, 672 já cumprem a Lei das 30 Horas para o trabalho de assistentes sociais (Lei Federal nº 12.317/2010). O número representa 79% das cidades que compõem o estado e foi divulgado no mês de fevereiro, em um levantamento inédito realizado pelo Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG). “O diagnóstico confirma os esforços direcionados para esta questão, tão importante para a categoria”, afirma o presidente do CRESS, Leonardo David Rosa. Ele explica que o levantamento é fruto de um extenso trabalho, iniciado em julho de 2015 e coordenado pela Assessoria de Apoio às Comissões. “Contamos com a dedicação e o empenho de diversos sujeitos junto aos/as trabalhadores/as do Conselho, para chegar aos resultados apresentados”, diz.

O levantamento dos dados foi feito por meio de quatro diferentes estratégias, que incluíram os relatórios de visitas do Setor de Fiscalização e Orientação Profissional (Sofi), pesquisa nos sites das prefeituras, além de informações reunidas no *Observatório Mineiro das 30 horas*, projeto do CRESS-MG. Além disso, foram feitos contatos diretos com os departamentos de recursos humanos das prefeituras e outros equipamentos públicos, com consulta direta aos/as profissionais, e informações enviadas pelos Núcleos de Assistentes Sociais (NAS). “A intenção é que essas informações sejam validadas continuamente, por meio de um exercício coletivo”, conta Leonardo David Rosa.

Fiscalização Na prática, o cumprimento da Lei das 30 Horas é uma medida benéfica, na medida em que os/as profissionais

CRESS-PR aposta na descentralização para democratizar a gestão e aproximar a categoria

Foto: acervo CRESS-PR

Um dos grandes desafios para os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) é ampliar a participação da categoria, tornando a gestão mais democrática. Entendendo isto, o CRESS-PR tem buscado aperfeiçoar suas estruturas de base a partir da proposta de descentralização do Conselho em todas as suas instâncias.

Nessa perspectiva, na atual gestão, vêm sendo realizadas reuniões semestrais denominadas de *Conselhos Plenos de Planejamento Participativo*, das quais participam representantes das instâncias (gestão, seccional, Nucess, comissões permanentes e câmaras temáticas), em que são discutidas e aprofundadas pautas comuns regionais. Também é debatida a agenda política nacional dos compromissos do Conjunto CFESS-CRESS e são indicadas/construídas propostas para o enfrentamento dos desafios postos à profissão.

Este processo está balizado pelo projeto ético-político e vem sendo implementado, discutido e avaliado na perspectiva democrática. Para torná-lo efetivo, o CRESS-PR dispõe da seccional de Londrina e dos Núcleos Regionais do Conselho (Nucess). A seccional é uma instância de descentralização político-administrativa, regimental e estatutária, que mantém uma relação com a sede numa perspectiva horizontal. Os Nucess, por sua vez, são organizações de base constituídas por profissionais eleitos/as pela categoria local e que têm a tarefa de contribuir com o encaminhamento político-organizativo das atividades do CRESS no seu território.

Oficinas discutem Sigilo Profissional

Para promover maior proximidade da categoria com o tema, o CRESS-PR tem le-

vado, para diversas localidades do Paraná, a oficina sobre as condições éticas e técnicas – Resolução CFESS nº 493/2006, articulada ao sigilo profissional.

A primeira atividade aconteceu no dia 21 de agosto de 2015, realizada pela Seccional de Londrina, com o intuito de discutir o sigilo profissional na construção dos materiais técnicos. O evento contou com a presença da professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Valéria Forti, que ministrou a conferência *Ética e Serviço Social: reflexões sobre o exercício profissional*. As oficinas aconteceram ainda em Ivaiporã, Irati, Paranavai e Apucarana.

Houve uma repercussão positiva na categoria, por se tratar de temas pertinentes à prática cotidiana vivenciada na política de assistência social desses municípios.

As oficinas temáticas têm caráter político-pedagógico e seu objetivo é alcançar um número expressivo de assistentes sociais da região, trazendo à tona momentos de reflexão e questionamentos aos/as profissionais da direção. Outro ponto importante refere-se aos encaminhamentos do fazer profissional, enquanto profissão que constrói e conquista com legitimidade seu lugar dentro dos espaços institucionais e na sociedade, buscando a primazia da defesa e efetivação dos direitos sociais.



6º Congresso Paranaense de Assistentes Sociais, realizado em 2015

A Cofi vem trabalhando e avançando numa perspectiva inovadora e criativa de traçar planos de trabalho que aproximem e façam a categoria profissional se sentir pertencente e compreender o real significado do Conjunto CFESS-CRESS.

Ampliação dos Nucess Atualmente, o CRESS-PR conta com 13 Núcleos Regionais, e a novidade para 2016 é a proposta de implantação de mais sete. Esta é uma ação fundamental para o processo de descentralização, pois permitirá que o Conselho esteja mais próximo das/os assistentes sociais que tinham dificuldades em participar de atividades promovidas pelos Núcleos já existentes e/ou nas sedes da Seccional e de Curitiba, em razão da distância entre as localidades.

A ampliação também favorecerá uma via de mão dupla, de forma que a categoria possa vir a expressar suas necessidades, por meio das articulações e participações nas atividades e reuniões de Conselho Pleno de Planejamento Participativo já existentes, por meio dos respectivos Nucess.

têm tempo e disposição para otimizar diversos aspectos do trabalho, como a execução e atualização de um bom plano de intervenção, e se manter atualizado por meio de qualificação permanente. “Nesse sentido, não temos dúvida de como a lei mudou a vida do/a profissional que teve sua jornada alterada para 30 horas semanais. E o que esperamos é que os poucos municípios que ainda não se adequaram o façam o quanto antes, para que tenhamos efetivamente o cumprimento da lei e a melhoria das condições de trabalho do/a profissional”, afirma a coordenadora técnica do CRESS-MG, Denise Cunha.

Para garantir o crescimento do número de municípios adequados à lei, o Conselho segue realizando o trabalho de fiscalização. Se for verificada a carga horária superior às 30 horas, é feita uma

notificação ao órgão responsável. “Temos recebido muitos retornos positivos, de casos em que o documento enviado pelo CRESS-MG foi encaminhado para a Câmara Municipal e a jornada foi alterada, por exemplo”, conta a agente fiscal Fernanda Calhau.

Por outro lado, há um sentimento de frustração entre os/as assistentes sociais que trabalham nos municípios que ainda mantêm as 40 horas de trabalho semanais. “É uma lei federal que não está sendo cumprida. E, em geral, a situação predomina entre as cidades de grande porte”, alerta Denise Cunha.

30 dias pelas 30 horas Com o objetivo de intensificar a luta pela implantação da lei em todos os municípios de Minas Gerais, o CRESS-MG realiza, no mês de maio, a segunda edição da campanha

30 dias pelas 30 horas. Trata-se de uma ampla mobilização estadual em defesa do exercício profissional de qualidade, como estratégia frente à resistência de alguns municípios e instituições no cumprimento da legislação. Para cada dia do mês, uma ação diferente foi escolhida para dar ainda mais destaque à questão. “O conjunto dessas ações tem o objetivo não só de mobilizar os/as profissionais, mas também de ressaltar a importância do trabalho com direitos”, analisa Leonardo David Rosa.

O CRESS-MG lançou em fevereiro o Movimento Mineiro pelas 30 horas, site que divulga dados e ações referentes a esta luta. Acompanhe o trabalho em cress-mg.org.br.

CRESS-RS destaca exercício profissional e formação

No ano de comemoração dos 80 anos da profissão no Brasil, dos 20 anos das diretrizes curriculares da A bepss e dos 10 anos de realização do Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais, o CRESS-RS, em articulação com as entidades representativas da categoria – A bepss, Enesso e o Fórum Estadual de Supervisão de Estágio em Serviço Social (FESSS) – lançam uma pesquisa sobre a formação profissional no Rio Grande do Sul.

Desde o início da atual gestão do **CRESS-RS (2014-2017)**, intitulada *O CRESS somos tod@s nós*, a autarquia vem dedicando esforços para a constante aproximação das entidades representativas da categoria e estabelecimento de parcerias efetivas na concretização das pautas expressas nas deliberações do Conjunto CFESS-CRESS, no *Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e contra a Precarização do Ensino Superior*. Nesse sentido, o Conselho tem estabelecido uma agenda comum de eventos e atividades de caráter contínuo, construídos e viabilizados de forma coletiva.

Em 2016, num cenário de intensas comemorações, é preciso estar atento/a à conjuntura social posta, que convoca a categoria e as entidades a enfrentar significativos desafios, para reafirmar, nesta comemoração, a defesa intransigente dos direitos humanos, no horizonte de uma nova sociabilidade.

Ainda em fins de 2015, o FESSS apresentou uma proposta de pesquisa interinstitucional, na reunião da Comissão de Formação, que deliberou pela sua execução. A proposta pretende compreender como se dá o processo de implementação da Política Nacional de Estágio (PNE) no estado, por meio de uma pesquisa documental e também de campo, mapeando as escolas presenciais e não presenciais, os campos de estágio obrigatórios e não obrigatórios, e como estão constituídos os Fóruns de Supervisão Local e/ou Regionais.

Além das entidades representativas da categoria, o grupo pesquisador contará com representações das unidades de formação acadêmica (UFA) por regiões do estado: PUC-RS, para a região Metropolitana; Unipampa, para a região da fronteira, UPF, para a região Norte; UCPEL, para a região Sul; UCS, para a região da Serra e UFSM, para a região Centro). Essa pesquisa prevê interface também com a Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional (Cofi).

Em paralelo à pesquisa, a Comissão de Formação Profissional do CRESS-RS fará um resgate e uma atualização do estudo sobre a realidade das UFAs no estado, cuja primeira edição foi executada durante a gestão do CRESS-RS 2011-2014, considerando a importância destes dados atualizados, que irão dialogar e complementar a pesquisa.

Desse modo, a Comissão de Formação do CRESS-RS, em conjunto com as entidades representativas da categoria no RS e com o Fórum Estadual de Supervisão de Estágio em Serviço Social, inaugura o ano de 2016 efetivando processos investigativos importantes, entendendo a relevância desta pesquisa, pela certeza de que o exercício profissional, comprometido com os princípios fundamentais da profissão, contidos no Código de Ética Profissional e expressos no projeto ético-político do Serviço Social, só se efetiva mediante uma formação de qualidade.

CRESS-SC prioriza a interiorização das ações

As ações do **Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina (CRESS-SC)** no ano de 2015 foram voltadas ao processo de interiorização, com a criação de oito Nucess, nas regiões: Oeste, Vale do Rio do Peixe, Sul, Grande Florianópolis, Vale do Itajaí, Norte e Vale do Itapocu, Planalto Norte e Alto Vale do Itajaí. Nestes locais, foram realizados debates, que enfatizaram as competências e atribuições dos/as assistentes sociais na defesa das políticas públicas.

O CRESS-SC também realizou Rodas de Conversa, com o objetivo de promover reflexões críticas e contribuir com a ação profissional. Três delas ocorreram de forma descentralizada, uma na cidade de Chapecó, sobre os *Desastres Naturais e a Atuação do/a Assistente Social*; outra em Canoinhas, sobre *O/A Assistente Social suas competências e atribuições em defesa das políticas públicas*; e também em Blumenau, com o tema da *Ética Profissional e o CRESS nesse contexto*. Outras três foram realizadas na sede do CRESS, uma com o tema da Norma técnica do Ministério da saúde sobre o aborto legal", outra sobre o Serviço Social na Previdência Social e, por fim, os *Diálogos sobre o exercício profissional com a população em situação de rua*.

A gestão do CRESS-SC, Coleтивizar para seguir na luta, participou ativamente dos eventos, encontros regionais e nacionais, que discutiram temas pertinentes à categoria, propiciando debates e reflexões que defendem o projeto profissional e fortalecem a ação política do Conselho. Dentre estas atividades, destacam-se: 44º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS; 5º Seminário Nacional Serviço Social e Seguridade Social; Seminário Serviço Social e Diversidade Trans; Encontro Regional Serviço Social, Relações Fronteiriças e Fluxos Migratórios da Região Sul; Oficinas Regional e Nacional da A bepss.

O CRESS-SC, mantendo suas ações precípuas, inscreveu 250 assistentes sociais em 2015 e atualmente estão ativos/as 5.017 profissionais. Na Comissão Permanente de Ética, tramitam 16 processos éticos e foram julgados seis processos. O CRESS-SC também desenvolveu

dois cursos Ética em Movimento, sendo um direcionado aos/as conselheiros/as e membros das comissões de instrução, e outro com profissionais da região de Joinville. A Cofi prestou 1.396 atendimentos nas regiões oeste, sul, norte, vale do Itajaí, grande Florianópolis e serrana, tendo como principais demandas: condições de trabalho – jornada de trabalho, autonomia, concursos públicos/processos seletivos, espaço físico e sigilo profissional.

Em 2015, o CRESS participou de audiências nas comissões internas da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), para defender o projeto de lei que regulamenta as 30 horas semanais aos/as servidores/as públicos/as estaduais, assim como esteve presente em vários municípios do estado, pleiteando, junto com os/as profissionais, o cumprimento do Artigo 5º-A da Lei nº 8.662/93. Neste ano, o Regional também apresentou proposta de projeto de lei para ser votada na Alesc, dispondo sobre a inserção de assistentes sociais na rede de ensino público estadual. Outra atividade foi a participação ativa no Fórum Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social em Santa Catarina (FETSUAS-SC).

Em 2016, o CRESS já agendou encontros com os Nucess (Núcleos no interior do estado) no mês de maio e, nos dias 6, 7 e 8 de julho, ocorrerá o 2º Congresso Catarinense de Assistentes Sociais (CCAS).

Após a experiência exitosa do 1º CCAS e, como tal atividade expressa o rol de demandas postas pela categoria profissional, o CRESS organiza sua segunda edição. O objetivo do congresso é promover o debate coletivo sobre o exercício profissional do Serviço Social, em interface com o processo de formação, mobilizando a categoria ao posicionamento crítico no âmbito da intervenção nas expressões da questão social.

O 2º CCAS vai ocorrer em Florianópolis, no Centro de Eventos da UFSC, tendo como tema *Serviço Social 80 Anos no Brasil: competências e atribuições profissionais* frente às demandas em tempos de crise e barbárie do capital. Venha participar! Mais informações no site: www.ccas2016.com.br



Política de Comunicação CFESS-CRESS 3ª edição



No 44º Encontro Nacional, em 2015, o Conjunto CFESS-CRESS aprovou a 3ª edição do documento. A nova Política de Comunicação inclui debates recentes que o Conjunto tem feito, como a defesa da democratização da comunicação no país (saiba mais), o uso de uma linguagem não discriminatória nas produções dos CRESS e CFESS, a questão da acessibilidade das produções e, inclusive, indicações para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

2º Seminário Nacional de Serviço Social na Previdência: 70 anos



A publicação traz as reflexões do referido seminário, realizado em 2014 pelo CFESS pela Fenaspss, quando o Serviço Social brasileiro completou 70 anos de inserção e de luta na Previdência Social. O livro também aborda a relação entre as requisições e respostas profissionais de assistentes sociais, sobretudo no INSS, principal órgão que institucionaliza as demandas da população usuária.

Sou assistente social e aqui estão minhas bandeiras de luta!



O documento, aprovado no 44º Encontro Nacional CFESS-CRESS (2015), condensa a pauta política construída coletivamente ao longo dos últimos anos pelo Conjunto. A publicação Bandeiras de Luta está estruturada em três eixos: defesa da profissão, da seguridade social e dos direitos humanos. Com vistas a superar a fragmentação setorial engendrada à revelia do princípio constitucional da seguridade social, a sua tematização se faz, considerando a unidade entre os aspectos da concepção, gestão, controle social e financiamento.



Aqui você encontra os próximos eventos do Conjunto CFESS-CRESS e de entidades parceiras. Com uma série de assuntos, você pode se programar para garantir sua participação nos debates de temas referentes ao exercício profissional de assistentes sociais. Programe-se, participe, faça parte dos eventos gratuitos realizados pelo seu Conselho Profissional. No site do CFESS, é possível ver também mais informações e o Calendário de Atividades, que traz a agenda anual da entidade, com os eventos, reuniões e outras programações.

16 a 18 de junho

Encontro Nacional de Educação (Brasília/DF)

O evento tem o objetivo de discutir ações de luta em resposta ao processo de aprofundamento da precarização e mercantilização da educação pública no Brasil, construído como uma alternativa à Conferência Nacional de Educação.

27 a 30 de junho

Conferência Mundial de Serviço Social da Federação Internacional de Assistentes Sociais – Fits (Seul/Coreia do Sul)

Com o tema “Promover a dignidade e o valor das pessoas”, a conferência reunirá assistentes sociais de todo o mundo, inclusive do Brasil. O CFESS estará presente e conchama a categoria a participar, fortalecendo a presença do Serviço Social brasileiro nos debates internacionais.

6 a 8 de julho

Seminário Nacional Serviço Social, Relações Fronteiriças e Fluxos Migratórios Internacionais (Belém/PA)

4 e 5 de setembro

Encontro de Residência Multiprofissional em Saúde (Olinda/PE)

5 a 9 de setembro

15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS (Olinda/PE)

12 e 13 de outubro

Seminário Nacional de Serviço Social e Sigilo Profissional (Cuiabá/MT)

13 a 16 de outubro

45º Encontro Nacional CFESS-CRESS (Cuiabá/MT)

É no Encontro Nacional que o Serviço Social brasileiro define as estratégias e ações que estarão na pauta dos Conselhos durante o ano seguinte. Nesse sentido, o evento constitui o principal espaço deliberativo da categoria de assistentes sociais no Brasil. Além de membros dos CRESS e do CFESS, o evento tem a participação de assistentes sociais da base, que tenham sido eleitos/as nas assembleias realizadas pelos Regionais.

5 a 8 de dezembro

Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social – Enpess (Ribeirão Preto/SP)

O evento pretende reunir, assistentes sociais, pesquisadores/as, docentes, estudantes, para discutir os 20 anos de diretrizes curriculares, 70 anos de Abepss e 80 anos de Serviço Social no Brasil, com base nos desafios da formação e do trabalho profissional frente ao processo de mercantilização do ensino superior brasileiro.

Previdência social sob ataque explícito

NO FURACÃO DA CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA, CLASSE TRABALHADORA SERÁ ATINGIDA POR GOLPE CERTEIRO



Arte: Rafael Werlema/CFESS

A turbulência econômica e, principalmente, política que o Brasil tem vivido nos últimos meses tem gerado inúmeras incertezas e inseguranças ao país. Ainda que a crise econômica seja mundial, em qualquer cenário futuro, lamentavelmente, a classe trabalhadora sofrerá um golpe certeiro em seus direitos. Esta é a avaliação das assistentes sociais Ivanete Boschetti, que é professora da Universidade de Brasília (UnB), e Marinete Moreira, que trabalha no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS/Macaé).

Quando se fala em Seguridade Social então, especialmente em Previdência Social, o ataque é escancarado, e a velha fórmula neoliberal de socorro às instituições financeiras e ao empresariado é aplicada sem qualquer pudor: uso do fundo público (ou seja, dinheiro que deveria ser investido em políticas públicas é desviado para outros fins), desonerações e renúncias tributárias para empregadores (gerando menos arrecadação para o Estado), transferência da proteção social do âmbito do Estado para o mercado (em outras palavras, privatização), ajuste fiscal, entre outros fatores.

“A resposta do capitalismo para a crise é sempre a mesma: cortar os investimentos sociais, reduzir os custos para as empresas e transferir ou socializar os custos com a classe trabalhadora. Todas as medidas favorecem o capital e nunca o trabalho. Se esse é um processo mundial, no Brasil ele se agrava pelas condições de elevado desemprego que já temos estruturalmente, pela agudização da precarização do trabalho e da terceirização; pelos baixos salários corroídos pela inflação; pelo aumento do custo de vida”, comenta Boschetti.

E a Previdência Social não escapa deste avarque. “Para que a previdência privada seja atrativa para o mercado, é preciso desmontar a Previdência Social pública. Para isto, é necessária toda uma engrenagem, na qual a mídia tem participação ativa, visando criar um caldo cultural de

aceitação do desmonte desses direitos”, opina Marinete, que utiliza casos recentes para ilustrar sua afirmação.

“A questão do envelhecimento é tratada de forma simplista e rasteira, na maioria das vezes sem a complexidade que a temática exige. O projeto de lei (PL 257/2016) enviado pelo governo ao legislativo é um ataque ao serviço público, com proposta de vedar a criação de cargos e empregos, suspender contratação de pessoal, permitir zerar os aumentos de salário e criar programas de desligamento voluntário (PDV), dentre outras questões”, exemplifica a assistente social do INSS.

O que dizer então do programa “Uma ponte para o Futuro”, do PMDB? Um atentado aos direitos sociais da população brasileira. “A proposta de adoção de idade mínima para as aposentadorias por tempo de contribuição de 60 anos para mulheres e 65 para homens, a desindexação (que considero absurda) do salário mínimo como piso para os benefícios previdenciários; o aumento da Desvinculação da Receita da União (DRU) que permitirá, caso aprovado, que um percentual maior do orçamento da seguridade social seja utilizado para outras situações como para composição do superávit primário”, complementa Marinete.

“As contrarreformas da Previdência Social só têm um objetivo: reduzir o sistema público e levar a classe trabalhadora para o sistema privado de aposentadorias e pensões, criando nichos de acumulação e mercantilização de serviços que antes eram direitos”, alerta Boschetti.

O impacto no Serviço Social do INSS

O Serviço Social no INSS também não escapa desse contexto político de regressão de direitos e de cortes orçamentários.

Em 2014, o CFESS organizou, em parceria com a Federação Nacional de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), um seminário para comemorar os 70 anos do Serviço Social na Previdência. Em 2015,

realizou o 5º Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social. Em ambos os eventos, ficaram nítidos os rebatimentos da crise do capital no espaço de trabalho de assistentes sociais no INSS.

“O atual modelo de gestão do trabalho do INSS é marcado pelo autoritarismo e cumprimento de metas que, se não atingidas, impactam na carga horária e no salário de profissionais, inclusive diminuição do valor das gratificações. Metas marcadas por atingir eficiência que não se traduzem necessariamente em maior reconhecimento de direitos de trabalhadores e trabalhadoras e seus dependentes”, relata Marinete. Segundo ela, este cenário é agravado com um quadro deficitário de servidores e servidoras, intensificando situações de adoecimento e assédio moral.

Mobilização é fundamental

Só há uma saída para enfrentar estes ataques: ir para as ruas. “Vamos às ruas dizer que não pagaremos a conta da crise; que já não temos mais nada a entregar, a não ser a própria vida; dizer que o Brasil deve parar de pagar os juros da dívida pública com o sistema financeiro nacional e internacional e investir esses recursos em políticas sociais e geração de emprego”, conclama a professora da UnB, Ivanete Boschetti.

No âmbito do INSS, Marinete Moreira relembra algumas ações que devem ser retomadas pela categoria de assistentes sociais. “A participação da categoria na greve do INSS, no segundo semestre de 2015, contribuiu para a organização da categoria na defesa da pauta específica relacionada ao fazer profissional com qualidade. A criação de espaços coletivos, virtuais e presenciais, deve ser intensificada. É necessário que todas as pessoas estejam engajadas para o desenvolvimento de ações qualificadas comprometidas com o fortalecimento da classe trabalhadora e com a defesa da Previdência Social pública”, finaliza.